

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 29 DE AGOSTO DE 2007

NÚMERO 5.772

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Darci de Matos

Cesar Souza Júnior.

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

João Henrique Blasi

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Onofre Santo Agostini

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Onofre Santo Agostini - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

João Henrique Blasi

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Herneus de Nadal

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

José Natal Pereira - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Renato Hinnig

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Ada de Luca

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Onofre Santo Agostini

Romildo Titon

João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1788
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 064ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 28/08/2007.....2
Ata da 017ª Sessão Solene da
16ª realizada em 28/08/2007 às
19h.....17

Atos da Mesa

Ato da Mesa DI.....22

Publicações Diversas

Ata de Comissão Permanente.....
.....22
Aviso de Resultado.....22
Extrato.....22
Portarias.....22
Projetos de Lei.....23
Redações Finais.....24

PLENÁRIO

ATA DA 064ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczai - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck.

SUMÁRIO

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Registra a presença de autoridades de Correia Pinto.

Breves Comunicações

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Agradece o trabalho da imprensa; comenta o aumento do número de vereadores; aborda projeto de lei, de sua autoria, que cria o serviço social nas escolas públicas.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Refere-se à reunião para prestação de contas da secretaria da Saúde na comissão de Saúde; solicita que seja reajustada a tabela do SUS.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (aparte) - Aborda a necessidade de aumento da tabela do SUS.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Coloca a falta de recursos do governo federal para a Saúde.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Registra a presença de visitantes de Brusque.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Reporta-se à reunião na comissão de Saúde com a secretaria da Saúde; comenta os recursos do SUS.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Refere-se aos recursos do SUS.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Agradece a presença dos alunos de Itajaí e de representantes do Banco BluSol; discorre sobre a história do BluSol.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Refere-se ao falecimento de sua irmã.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Sargento Amauri Soares pelo falecimento de sua irmã.

DEPUTADO JORGINHO MELLO (pela ordem) - Registra a presença de vereadores de Correia Pinto.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Aborda um congresso de vereadores de Joinville e a acusação de desvio de verba pela prefeitura.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Garante que o congresso de vereadores na cidade de Joinville realmente foi realizado.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Coloca que o congresso de vereadores de Joinville foi realizado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Rebate colocações do deputado Kennedy Nunes a respeito de desvio de verba na prefeitura de Joinville e garante que o congresso de vereadores aconteceu.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Afirma que sua dúvida é a respeito do desvio de verbas na prefeitura de Joinville.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Registra a presença do ex-senador Dirceu Carneiro.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Critica colocações do deputado Kennedy Nunes a respeito de desvio de verba na prefeitura de Joinville.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (aparte) - Critica colocações do deputado Kennedy Nunes a respeito de desvio de verba na prefeitura de Joinville.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Registra a presença de autoridades de Nova Itaberaba.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (aparte) - Registra a presença de autoridades de Nova Itaberaba e que o Grupo Menestrina fará investimentos no município.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Discorre sobre a ação civil pública contra o prefeito Marco Tebaldi e critica colocações do deputado Kennedy Nunes a esse respeito.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Refere-se ao congresso de vereadores realizado em Joinville.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda ação impetrada pela bancada para impugnação judicial de edital para realização do leilão de créditos do Prodec.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Parabeniza o deputado Dirceu Dresch pelo pronunciamento acerca da inconstitucionalidade do leilão de créditos do Prodec.

DEPUTADO GENÉSIO GOULART (pela ordem) - Registra a presença de vereadores de Tubarão.

Ordem do Dia

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Aborda o PL n. 0102/2007, de sua autoria, que dispõe sobre a fixação de cartazes nos veículos de transportes coletivos, nas estações rodoviárias, nos aeroportos e outros recintos, dos nomes e fotos das crianças desaparecidas.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Refere-se ao PL n. 0111/2007, de autoria do deputado Gelson Merísio, que institui a Semana da Segurança do Motociclista no estado.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Convoca os membros da CPI da Casan para uma reunião.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Solicita subscrever indicação do deputado Nilson Gonçalves.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Reporta-se à indicação n. 0530/2007, de sua autoria.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Refere-se ao problema do Instituto Médico Legal de Joinville; registra a presença do jornalista Antônio Anacléto, de Joinville.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Solicita subscrever requerimento de autoria do deputado Rogério Mendonça, que solicita estrutura de telefonia celular em alguns municípios.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Aborda requerimento, de sua autoria, com relação aos atingidos pela hidrelétrica da foz do rio Chapecó.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Critica o alto preço cobrado na telefonia rural; aborda a necessidade de implantação da universidade pública da mesorregião de fronteira do Mercosul.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (aparte) - Comenta a interiorização da Universidade Federal e da Udesc.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Refere-se ao Projeto Ilha; comenta a implantação do transporte marítimo.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Registra a presença da presidente da Cohab, Maria Darcy Mota Beck.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Aborda invenção de máquina que extrai biodiesel.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Registra a presença de vereadores de Sombrio; discute sobre obras que o governo do estado realizou.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Refere-se à inauguração de ponte e instalação de rede de água em Passo de Torres.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Aborda inauguração de ponte em Passo de Torres.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Comenta a perda de Santa Catarina nos recursos do Fundo Social; critica colocações do deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Refere-se ao seu encontro com o Conselho do Idoso.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Indaga sobre sua inscrição para falar no horário de Explicação Pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência registra com satisfação a visita dos alunos da Escola de Educação Básica deputado Nilton Kucker, do 1º ano do ensino médio do município de Itajaí, que visitam a Assembléia Legislativa sob a responsabilidade do professor kunn. Sejam todos muito bem-vindos.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença no nosso Parlamento do presidente da Câmara de Correia Pinto, vereador José Pitty, do vereador Amarildo, do professor Carlos, diretor do colégio estadual de Correia Pinto e do sindicalista Edmar Jungues, funcionário da Klabin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência comunica que foi publicado o Ato da Presidência n. 023DL/2007, datado de 24 de agosto, que constitui a Comissão Parlamentar de Inquérito integrada pelos deputados Joares Ponticelli, Renato Hinnig, Elizeu Mattos, Jailson Lima, Onofre Santo Agostini e José Natal, todos representando respectivamente as suas bancadas, e o deputado Sargento Amauri Soares, que representa os partidos com representação minoritária, e foi escolhido para a CPI por sorteio realizado na semana que passou.

Publicado o ato, o presidente solicita ao deputado componente mais idoso da CPI que promova a primeira reunião para a escolha do presidente relator. O deputado mais idoso é o deputado Onofre Santo Agostini, que se antecipou e já convocou a reunião para hoje às 16h30min.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Julio Garcia, demais integrantes da mesa, sras. deputadas, srs. deputados, amigos que nos assistem, imprensa falada, escrita e televisada, tenho que destacar o trabalho da imprensa. Sempre que inicio os meus pronunciamentos cito a imprensa falada, escrita e televisada, porque é a TVAL e a Rádio Digital que levam aos lares a atuação do seu parlamentar, a sua luta e o seu dia-a-dia.

Apesar de ser deputada estadual entro em qualquer município de cabeça erguida. Nas campanhas eleitorais vou até os municípios garimpar os meus votinhos, porque quando faço uma lei não a faço só para uma determinada região. Todos os 40 parlamentares aqui, quando fazem leis, fazem-nas para todos os catarinenses. É para isso que estamos aqui.

Hoje quero agradecer a imprensa por estar colocando o meu partido em evidência. Tive a honra de ler e fiquei muito feliz com esta brilhante matéria sobre o meu partido, o Partido Republicano Brasileiro, deputado José Natal, o partido nota 10, o partido n. 10. Eu, como professora, como todos os professores, sei que o prazer de um professor é dar uma nota 10 para o aluno. Por isso eu não poderia deixar de falar do meu partido e endossar a matéria do *Diário Catarinense*.

Há na página seis do *Jornal de Santa Catarina*, uma matéria falando do meu Partido e também dizendo que esta deputada está trabalhando. Estou mesmo. Vim para esse partido, que é considerado pequeno, para dar a minha contribuição com toda a humildade, sinceridade e lealdade, convidando as pessoas, convidando as lideranças e graças a Deus estou com um pensamento muito positivo.

Nós estamos trazendo muitas lideranças de vários municípios e estamos visitando aquelas pessoas que, porventura, não se adaptaram muito bem dentro de uma sigla e fazendo o convite para que venham disputar as próximas eleições que estão aí às portas. Não podemos fechar os olhos, temos que também dar a nossa contribuição.

O Congresso Nacional está apreciando o aumento do número de cadeiras nas Câmaras de Vereadores e temos certeza de que teremos em breve novas cadeiras. Sabemos que os vereadores realizam um trabalho árduo e que o homem público atua em várias áreas. Nós precisamos que o Congresso Nacional nos dê esse prêmio, este presente que é nosso direito, ou seja, termos mais vereadores nas Câmaras municipais.

Volto a falar de outro assunto, também um tema muito importante, que é um projeto de minha autoria, protocolado nesta Casa no ano 2000, que cria o serviço social nas escolas públicas do estado de Santa Catarina e dá outras providências. Esse projeto tramitou nas comissões, não teve sucesso e foi arquivado. Hoje nós teríamos uma audiência pública com as comissões de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação, da qual também sou integrante, e a de Educação, Cultura e Desporto. Como não pudemos realizar esta audiência pública, lembrei do meu projeto que havia sido arquivado, que não teve sucesso.

Eu sou uma pessoa muito perseverante, essa é uma qualidade que tenho, pois quando não dá de um lado, lutamos de outro. Claro, desde que não prejudique ninguém. Assim sendo, resolvi ligar para a minha assessoria jurídica que elabora os projetos, dizendo que reformulássemos aquele projeto e voltássemos a colocá-lo em tramitação e à apreciação dos srs. deputados e das sras. deputadas.

Mudei o texto do PL n. 0388/2007, que agora diz: "permite ao governo do estado de Santa Catarina criar serviço social escolar nas escolas públicas do estado de Santa Catarina e dá outras providências."

Precisarei do apoio dos colegas deputados, porque estou conversando e já no ano passado conversei com alguns representantes do Conselho Regional do Serviço Social, com a gerente de fiscalização, a colega Fernanda Eli Borba, e hoje conversei com a conselheira regional, Valéria Cabral Carvalho. Estamos nos movimentando, já realizei reuniões em meu gabinete e eles querem também dar algumas sugestões para a melhoria desse nosso projeto, porque sabemos que o serviço social numa escola é a essência do trabalho escolar. É importante porque esse profissional da área de saúde irá até a casa do aluno, conversará com os pais e estará apreciando, vendo em qual disciplina há dificuldade para o aluno, em qual ele não está desenvolvendo. Esse é o papel do serviço social, do profissional, e temos muitos gabaritados sem atuação.

Olhando por esse lado e notando o papel do serviço social nas escolas da rede pública, vimos que irá cair como uma luva, porque esse profissional estará apto, estará preparado. Uma pessoa que estará atuando junto à família e trazendo-a para o seio escolar para dar suas sugestões, para opinar. Teremos então um aluno bem sucedido, desenvolvendo melhor os seus conteúdos programáticos e destacando-se.

Então, quero pedir a todos os meus colegas parlamentares que nos ajudem na aprovação desse projeto.

Fico muito agradecida. Muito obrigada, e uma boa-tarde de trabalho para todos!

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputada Odete de Jesus.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sra. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, gostaríamos de nos reportar à Saúde, uma vez que hoje, na parte da manhã, a secretaria da Saúde do estado de Santa Catarina esteve prestando contas à Assembléia Legislativa.

A reunião foi presidida pelo eminente deputado Jailson Lima e contou com a presença da deputada Ana Paula Lima e do médico deputado Serafim Venzon. Ouvimos atentamente a prestação de contas da secretaria da Saúde do estado de Santa Catarina. Sem dúvida nenhuma é um orçamento grande para o nosso estado. Mais de R\$ 1,5 milhão são aplicados na Saúde, mas queremos aumentar essa arrecadação, principalmente em nível federal. Para isso tivemos vários depoimentos da congregação das irmãs do Hospital Santa Isabel, de Blumenau, que nos relataram o empenho da congregação com a confederação dos hospitais, juntamente com o ministro José Gomes Temporão, que deve encaminhar ao Congresso Nacional a PEC 0029 e o reajuste da tabela do SUS.

Por que o reajuste da tabela do SUS? Porque faz mais de 12 anos que o SUS não tem reajuste. O SUS - Serviço Único de Saúde é, sem dúvida, um sistema muito importante para o Brasil, mas Saúde se faz com recursos, e o nosso ministro Adib Jatene, quando instituiu a CPMF era para que fosse destinada a resolver os problemas da saúde. Inicialmente aquele imposto veio com o percentual de 0,02% e atualmente é 0,38%. O dinheiro recolhido não está sendo destinado apenas para a Saúde, mas também para outros fins. Pois bem, o Congresso Nacional tem, sim, que aprovar a continuidade da CPMF, mas também precisa aprovar o reajuste da tabela do SUS. Existem recursos para isso, existem verbas para fazermos esse reajuste da tabela.

E digo mais, aliás, pela segunda, terceira vez repito nesta tribuna: isso foi uma promessa do presidente Lula, foi promessa de campanha reajustar a tabela do SUS não só para Santa Catarina, mas para o Brasil. Então pedimos que o nosso presidente da República - principalmente pedimos a interferência da nossa deputada Ana Paula Lima -, reajuste a tabela do SUS. Sabemos que o ministro José Gomes Temporão é do PMDB, mas o chefe é o presidente Lula, e a sra. deputada tem laços de amizade com a família. É uma interferência importante do nosso estado perante o presidente da República, pedindo o reajuste da tabela do SUS.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não! Concedo um aparte ao deputado Dagomar Carneiro, legítimo representante de Brusque.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Agradeço o aparte, deputado Antônio Aguiar e quero parabenizar v.exa. pelo pronunciamento. Nós, que somos da bancada da saúde, estamos no dia-a-dia clamando por uma solução no nosso sistema de Saúde. É pertinente o pedido de v.exa. do aumento da tabela do SUS, que hoje já deveria ser, no mínimo, em torno de 100%. Estamos há 13 anos, como v.exa. falou, sem nenhum reajuste, e a CPMF hoje está arrecadando praticamente o que se gasta no orçamento da Saúde, ou seja, temos R\$ 34 bilhões de arrecadação da CPMF e R\$ 40 bilhões são gastos na Saúde.

É urgente que o governo federal tenha os olhos voltados para a saúde porque estamos correndo o risco, não só em Santa Catarina, mas na grande parte do nosso país, do fechamento dos hospitais que atendem pelo sistema SUS.

Na região de Brusque, Gaspar e Balneário Camboriú estamos com sérias dificuldades no sistema hospitalar por causa da baixa remuneração dos procedimentos da tabela SUS. Eu, com o apoio de v.exa., apresentei aqui nesta Casa uma maneira criativa para ver Santa Catarina sair na frente, com o Fundo Social destinando também recursos para a Saúde. Já que temos para o esporte, turismo e cultura, por que não englobarmos também a saúde? Talvez consigamos que os nossos empresários consigam ajudar os nossos hospitais.

Parabéns pelo seu pronunciamento, deputado!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Parabéns, deputado Dagomar Carneiro. O seu projeto é, sem dúvida, louvável e tem o nosso apoio. Esperamos que realmente haja a liberação de verbas para a Saúde, através do Fundo Social.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Antônio Aguiar e amigos deputados, com certeza absoluta nós, legisladores, estamos lutando cada vez mais nessas questões primordiais da administração: saúde, educação, segurança pública e tantos outros.

Mas quero me reportar a um pronunciamento feito na última quarta-feira, no Senado, pelo senador Mão Santa, do PMDB, no qual ele dizia mais ou menos assim: "Temporão, o que tu estás fazendo aí, Temporão? A Saúde só existe no Rio de Janeiro, Temporão! Tá difícil! Eu não posso ir para o meu estado porque os cobradores vêm cobrar o oxigênio que tu não pagas, Temporão!" Ele pegava a Constituição e dizia: "Luiz Inácio, eu sei que tu não és um homem muito letrado, mas pede à dona Marisa para ler para ti os artigos inerentes às obrigações na saúde, Luiz Inácio! Quem sabe, até o fim do governo tu consegues decorar o que tens que fazer pela saúde." Isto foi dito por um senador, médico, e outros senadores! Vejam como a questão da saúde realmente é grave.

E o governo federal, volto a dizer, ainda vem com a questão da prorrogação da CPMF para colocar na Saúde?! Esta é a minha questão!

Mas, parabéns! O nosso estado não é diferente; em muitas situações nós não avançamos porque o governo federal não passa os recursos suficientes para podermos chegar aonde queremos chegar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Agradeço o seu aparte. Acredito que o senador Mão Santa está tendo grande influência sobre o deputado José Natal.

Acreditamos que o PMDB, com o ministro Temporão... Ele é um ministro do estado do Rio de Janeiro e, sem dúvida nenhuma, está puxando brasa para a sua sardinha. Aliás, um dos estados mais falidos na Saúde é o Rio de Janeiro. E já houve várias intervenções, inclusive intervenção federal na Saúde do Rio de Janeiro. Naqueles hospitais da baixada fluminense, os seres humanos não são tratados dignamente! Nós acreditamos, sim, que o presidente Lula deva olhar com carinho e dedicação para a nossa Saúde.

Nós dizemos isso como médico. E o médico Jailson Lima presidiu, hoje, a nossa reunião da comissão de Saúde, que contou com a bela explanação da secretaria da Saúde, a qual nós parabenizamos, e com a presença do deputado Serafim Venzon e da deputada Ana Paula Lima. Portanto, tivemos uma grande reunião pela parte da manhã!

Era o que tínhamos a colocar, sra. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado!

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Peça a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Pois não!

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Queria anunciar a presença, nesta Casa, do presidente da ADI, o jornalista Cláudio Schindwein; da editora-chefe do jornal *O Município*, Leticia Schindwein, e da repórter Karina, que estão acompanhando o menino Léo e a sua mãe nesta visita à Assembléia Legislativa e à Casa d'Agrônoma.

Sejam bem-vindos à Assembléia Legislativa!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Jailson Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar a presidente, deputada Ana Paula Lima; os deputados aqui presentes, os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

A saúde é sempre um tema instigante porque é de alto custo e de sensibilidade a cada momento que uma doença aparece. E com os avanços da tecnologia, a demanda tecnológica aumenta e os custos também.

Hoje pela manhã presidimos a reunião da comissão de Saúde, para a prestação de contas do primeiro trimestre do estado. E a secretária-adjunta, Carmem Pignatelli, que de forma brilhante e competente vem atuando naquela secretaria, fez a prestação dos trabalhos de acordo com os recursos que tem. E como médico e prefeito que fui da cidade de Rio do Sul, tenho que reconhecer os esforços feitos principalmente na área de prevenção.

Sabemos que os avanços que houve devem-se, em grande parte, também aos recursos implementados pelo governo federal. E sabemos que há mais por se fazer, mas o sul, diante do país - Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná -, tem uma renda *per capita* para saúde muito superior aos estados do nordeste.

Segundo a secretária Carmem Pagnatelli, hoje o cidadão catarinense recebe do ministério da Saúde em torno de R\$ 116,00 *per capita*, o Rio Grande do Sul, R\$ 123,00 ou R\$ 128,00; e o Paraná, R\$ 123,00, enquanto que a renda *per capita* no oeste, de pagamentos, tendo em vista a série histórica de trabalho prestado e a complexidade dos custos operacionais...

No nordeste, onde não há hospitais com tecnologias, com avanços em transplantes, como temos no estado, em diversos locais, o custo operacional dos pacientes fica entre R\$ 60,00 e R\$ 70,00. Tendo em vista que aí os pagamentos aos médicos, aos profissionais, também são menores, é quando vemos a sequência dessas greves e paralisações que estão ocorrendo no nordeste.

Mas há que se dizer, deputada Ana Paula Lima, que o governo Lula, na data de ontem, mandou descontingenciar R\$ 2 bilhões para a saúde. Isso mostra sensibilidade; mostra que muito há por se fazer, mas que este governo tem avançado na área de saúde.

Se Santa Catarina, hoje, é um exemplo e é o estado que mais capta órgãos para transplantes - e o mês de setembro, deputado Peninha, será o mês da doação para transplante de órgãos neste país... E aqui no dia 4 teremos uma audiência pública para debater a importância do transplante, porque isso representa a salvação de vidas.

Devemos citar que o dr. Joel, um médico que coordena essa área do estado, tem dado uma brilhante contribuição com a sua competência. E o estado tem que continuar mostrando para o país que muitas vezes um órgão de um paciente que neurologicamente está morto pode representar a vida de muitos.

A exemplo, tivemos hoje na audiência pública um cidadão com transplante de fígado, já com uma sobrevida importante, ali representando os usuários do sistema público do SUS. E se ele fosse pagar por um transplante, não teria R\$ 52 mil que, se não me engano, é o custo de uma cirurgia dessas, e a União repassa os recursos quase que na integralidade.

Então, é lógico que nós temos divergências de custos. Basta olharmos a prestação de serviços de medicamentos da rede básica fornecidos pela União, estados e municípios. Lá o maior montante da União de medicamentos especiais, para atender a três mil e poucos pacientes, custaram três milhões e pouco de reais; e vemos que para atender a 600 pacientes com ações judiciais, por determinação judicial o estado, já no primeiro trimestre, está gastando R\$ 10 milhões.

Sabemos que é importante haver critério e evidência médica, evidência científica. Não é que o estado, simplesmente porque um médico prescreve um remédio que existe no exterior, tenha que bancar tudo, porque não há recursos para tudo.

Mas faço essa observação para, primeiro, parabenizar a secretaria de Saúde pela prestação de contas, hoje. E sabemos que se há esse trabalho, é porque há a parceria do governo federal.

Ao mesmo tempo, tenho plena convicção de que o avanço e a mudança no contexto da saúde passa pela aprovação da Emenda n. 29 no Congresso Nacional, que estabelece que os estados terão que bancar os seu percentual de 15% da arrecadação em saúde.

Nós vemos que no Brasil apenas em torno de 4% a 5% dos municípios não cumprem. A União está cumprindo quase tudo. Existem dados numéricos de que o governo diz que tem, mas para mim ainda falta aplicar 1%. Esta é a minha avaliação pessoal como profissional, pois sou um deputado do Partido dos Trabalhadores. Coloco isso porque quero ver a União também cumprindo com a Emenda n. 29, e o governo Lula está convencido de que tem que ser aprovada. E principalmente o ministro Temporão, que não é do meu partido, tem defendido arduamente o cumprimento disso.

Então, coloco isso porque esta é uma decisão política do Partido dos Trabalhadores: a defesa justa e digna do SUS, que é um sistema revolucionário. Não existe no mundo sistema de saúde universal como o nosso, mas que apresenta ainda necessidade de mudança.

E o deputado José Natal veio aqui falar que o senador Mão Santa, lá do Piauí, disse: "Temporão, paga o oxigênio", e por aí afora. O Mão Santa é do PMDB e foi governador do Piauí. O interessante, deputada Ana Paula Lima, é que o Mão Santa não se pronunciou quando aquele cidadão presidente da Philips, do movimento "Cansai" das dondocas, disse que se o Piauí desaparecesse do Brasil, ninguém sentiria falta. Quer maior discriminação neste país?! Porque nós vamos sentir! Faz parte de um contexto nacional!

Agora, o interessante do movimento "Cansai", já que eu entrei nisso, é que até a *Veja*, deputado Pedro Uczai, está satirizando o movimento "Cansai", porque foram entrevistar o tal de João Dória Júnior, que até já promoveu desfile de cachorro em São Paulo! E a *Veja*, ao entrevistar João Dória Júnior, disse que o povo está dizendo que isso aí é o "movimento dos cansados de andar de helicóptero"; "coisa das dondocas enfadadas"; "conspiração da elite

branca de Campos do Jordão". Até a *Veja* está dizendo isso, deputado Serafim Venzon, que é a revista deste país que mais tem-se pronunciado contra o nosso governo!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Mas ouço o deputado Serafim Venzon, que esteve hoje presente na comissão de Saúde e também é da base da saúde desta Assembléia.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Jailson Lima, gostaria de cumprimentar v.exa. e dizer que, na verdade, o SUS tem feito grandes avanços, sim. Certamente, quando v.exa. estava se formando médico, nós ainda tínhamos em Santa Catarina a incidência da poliomielite. E hoje, graças às ações da saúde que foram feitas por muitos governos que se seguiram, isso melhorou e nós temos aí um grande avanço.

Mas, temos sem dúvida, grandes desafios. E acho que um deles que nós temos que conseguir é fazer com que nós consigamos um aporte financeiro maior para...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Inscrita para falar a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, gostaria de agradecer a presença dos alunos da Escola Nilton Kucher, de Itajaí, que se fazem presentes ao Parlamento catarinense. E tomara que vocês sejam os futuros deputados e deputadas desta Casa!

Quero agradecer também, sr. presidente, a presença do presidente do BluSol, sr. Cláudio Giovanni Peixer, e do sr. Amadeu Trentini, diretor executivo do BluSol.

Sras. deputadas, srs. deputados, pessoas que estão-nos acompanhando pela TVAL e ouvintes da Rádio Digital, quero dizer que esta data é muito importante para o estado de Santa Catarina e também para a cidade de Blumenau, já que no dia 28 de agosto de 1997, durante o governo do Partido dos Trabalhadores, do prefeito Décio Lima, foi fundado o BluSol, organizado pelo então secretário de Trabalho e Renda, sr. João Krein, com a participação, sras. deputadas e srs. deputados, de homens e mulheres. E quero aqui lembrar da dona Elke e da dona Lizete Poffo, que participaram, inclusive, do Conselho Deliberativo do banco. O Banco do Povo, como ele é conhecido, é uma história de sucesso, sim, em Blumenau e em outros municípios.

Mas aqui, sr. presidente, quero relatar o histórico do que é o BluSol.

(Procede-se à exibição de slides.)

A instituição comunitária de crédito é uma Oscip de microcrédito, não tem fins lucrativos e foi criada através de uma parceria entre o poder público e a sociedade civil organizada de Blumenau em 1997, no dia 28 de agosto.

O microcrédito teve origem com o professor Muhammad Yunus, Prêmio Nobel da Paz, com a criação do Grameen Bank, "Banco das Vilas", em 1976, em Bangladesh.

O objetivo da criação desse banco é facilitar a criação, crescimento e consolidação de empreendimentos de pequeno porte, através do microcrédito, a fim de fomentar o desenvolvimento socioeconômico equilibrado do município.

A missão do banco é ampliar o acesso ao crédito aos mais carentes e reduzir a pobreza.

Diversas entidades foram associadas ao BluSol: Uniblam - União Blumenauense de Associação de Moradores; Ampe - Associação das Micro e Pequenas Empresas; Ibes - Instituto Blumenauense de Ensino Superior; Abart - Associação Blumenauense de Artesãos; Furb - Universidade Regional de Blumenau; Acib -

Associação Comercial e Industrial de Blumenau; PMB - Prefeitura Municipal de Blumenau; Câmara de Vereadores de Blumenau e a Câmara de Dirigentes Lojistas.

Depois de fundado em Blumenau, o BluSol também está presente em 47 municípios do estado de Santa Catarina. A filial número um é em Blumenau, com um total de 271.985 habitantes; depois na cidade de Gaspar, atendendo a dois municípios: Gaspar e Ilhota; a filial de Brusque, deputado Dagomar Carneiro, atende a sete municípios: Brusque, Guabiruba, Nova Trento, Botuverá, Tijucas, São João Batista e Canelinha; depois vem a filial de Indaial, com nove municípios, atendendo a: Indaial, Timbó, Pomerode, Apiúna, Acurra, Dr. Pedrinho, Benedito Novo, Rodeio e Rio dos Cedros; a filial de Rio do Sul atende a 28 municípios: Rio do Sul, Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Aurora, Braço de Trombudo, Dona Emma, Ibirama, Ituporanga, Imbuia, José Boiteux, Laurentino, Lontras, Petrolândia, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Salete, Taió, Trombudo Central, Vitor Meireles, Witmarsun, Santa Terezinha, Chapadão do Lageado, Vidal Ramos e Mirim Doce.

Esses números são históricos. Os recursos emprestados estão na ordem de R\$ 74,2 milhões; o número de empréstimos na ordem de R\$ 21,5 mil e a inadimplência, é bom observar, do BluSol é na ordem de 0,72%. Muito pequena.

Os novos recursos vieram através do BNDES, na ordem de R\$ 3,5 milhões, em 2005. Já foram liberados na ordem de R\$ 2,338 milhões e num projeto do BNDES, também com o PDI, na ordem de R\$ 357 mil.

Deputado Serafim Venzon, v.exa. sabe que é muito difícil entrar num banco e fazer um empréstimo, principalmente o pequeno. Mas esse banco foi realmente idealizado para atender as pessoas de baixa renda, proprietários e iniciantes de uma atividade econômica; atende pessoas das áreas urbana e rural; tem capacidade de gerar emprego e ocupação e, principalmente, atende pessoas em situação de risco social.

O público alvo do BluSol, entre as pessoas em situação de risco social, são as mulheres chefes de família; presidiários e ex-presidiários, uma clientela que, geralmente, a sociedade não quer atender; deficientes com condições de trabalho; famílias participantes de programas socioeconômicos; desempregados ou jovens concluintes do 1º e 2º grau que necessitam iniciar uma atividade econômica; desempregados que tenham sob a sua responsabilidade a manutenção de crianças e idosos; jovens em risco social e aposentados que precisem melhorar sua renda.

O patrimônio social do banco está na ordem de quase R\$ 5 milhões e a carteira tem um patrimônio na ordem de quase R\$ 10 milhões. O banco tem 2.628 clientes ativos e sua carteira, nesses dez anos, conta com 7.389 clientes. O banco fortaleceu quase 30 mil empregos e gerou 876 empregos diretos.

Quanto aos índices de crédito, foram liberados 4.273 créditos em 2006, assim distribuídos:

- . Até R\$ 1.000,00 - 28,13%
- . De R\$ 1.001,00 a R\$ 3.000,00 - 38,70%
- . De R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00 - 14,91%
- . De R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00 - 12,50%
- . De R\$ 10.001,00 a R\$ 12.800,00 - 5,76%

A grande maioria dos créditos liberados, 81,74%, situa-se na faixa até R\$ 5 mil.

Gostaria de mencionar também quem faz este tipo de empréstimo. Na questão de gênero, os homens retiraram mais empréstimos: 53,47%. Mas o público feminino também está gerando emprego e renda; as mulheres representam 46,53%.

A constituição dos empreendimentos na esfera formal é de 42,39%, ao passo que na informalidade estão 57,61% dos empreendimentos.

No que concerne à faixa etária, vale a pena destacar que 16,02% dos tomadores de empréstimo têm até 30 anos de idade; 27,51% tem de 31 a 40 anos de idade; 33,42% tem de 41 a 50 anos de idade; e 23,05% tem acima de 51 anos de idade, ou seja, também os nossos aposentados estão gerando emprego e renda.

É claro que teríamos mais coisas a apresentar, mas gostaria de destacar histórias de sucesso do BluSol. A história da dona Nilma Lehnhoff, por exemplo, que antigamente tinha máquinas alugadas e com o empréstimo do BluSol conseguiu comprar suas máquinas e gerar novos empregos. Também a história da dona Wilma Sapelli de Almeida, que começou o seu primeiro empreendimento com um frango, fazendo coxinhas. Com um empréstimo do BluSol hoje faz coxinhas e risoles. O sr. Luiz Roberto Piazza, também de Blumenau, um serralheiro que hoje tem o seu empreendimento.

É dessa forma que esse banco que nasceu pequeno para pequenos está gerando empregos e renda para diversas pessoas que não tinham oportunidade, deputado Pedro Uczai, de entrar num banco grande e conseguir um empréstimo da ordem de R\$ 1 mil, R\$ 2 mil, R\$ 3 mil ou R\$ 5 mil, mas que estão gerando trabalho e renda em nosso estado.

Por isso, senhor presidente, deputado Rogério Mendonça, eu peço permissão para chamar o presidente do BluSol, a fim de que o Poder Legislativo catarinense possa entregar-lhe uma placa em nome desta Casa, uma vez que este banco está gerando emprego e renda em nossa cidade e por isso vamos reverenciá-lo.

Então, chamo o sr. Cláudio Giovanni Peixer para receber este presente do Parlamento catarinense, no qual se pode ler o seguinte: "O Poder Legislativo catarinense homenageia a instituição comunitária de crédito Blumenau Solidariedade, conhecida como Banco do Povo, pela passagem dos seus dez anos de fundação, contribuindo decisivamente para a geração e manutenção do emprego e renda para milhares de cidadãos catarinenses".

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Nossos parabéns ao BluSol e aos seus representantes pelo grande trabalho que realizam em Blumenau e região.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados aos PTB.

Na ausência de representantes do PTB, o próximo horário pertence ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, servidores e servidoras deste Poder Legislativo, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e as pessoas que nos acompanham nesta sessão, queria usar este tempo destinado ao Partido Democrático Trabalhista para fazer alguns agradecimentos em virtude de todo o apoio e conforto que este parlamentar e os seus familiares receberam por ocasião do falecimento de sua irmã, Roseli Maria Soares, ocorrido no dia 22 de agosto próximo passado.

Quero agradecer ao Poder Legislativo, à Presidência, à Mesa Diretora desta Casa pelo apoio, quero agradecer a todos os parlamentares que fizeram contato, que mandaram telegrama ou que tentaram entrar em contato conosco. A verdade é que estávamos na cidade de Imbuia, à qual não tem acesso através de telefonia celular. Portanto, como ninguém conhecia o número do telefone da casa de minha mãe, todos, provavelmente, tentaram contato conosco, mas não foi possível.

Quero dizer que nos sensibilizou e sensibiliza-nos muito esse conforto por parte de cada um dos colegas e das colegas deste Poder Legislativo.

Quero agradecer também a presença e o apoio dos praças da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, que acorreram de todas as regiões do estado, que estiveram na cidade de Imbuia, no momento do velório ou mesmo no dia do enterro demonstrando que além de companheiros de luta, de batalha de classe, de batalha cotidiana, nós temos também grandes amigos. E isso nos conforta.

Quero agradecer o apoio dos familiares que vieram de toda Santa Catarina e de outros estados da federação, como do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Quero agradecer ainda aos praças, aos policiais militares aqui da Assembléia Legislativa, que estiveram na cidade de Imbuia no dia do enterro, especificamente o sargento Odécio, o cabo Moacir, que está aqui ao lado, o soldado Garcia, que está aqui no plenário. E dizer que, com certeza, a presença de todos foi muito importante naquele momento.

Não poderia deixar de mencionar, de forma especial, a Companhia de Guarda, que foi onde eu trabalhei nos últimos 16 anos, e toda a comunidade de Imbuia, que compareceu ao velório e ao sepultamento, demonstrando o quanto a Roseli era querida e bem aceita naquela comunidade.

A Roseli, minha irmã, suportou durante um ano, três meses e 24 dias a presença e o conhecimento de que estava com leucemia. Nós lutamos, a família inteira e ela em particular, durante todo esse tempo e atravessamos praticamente o ano passado inteiro, inclusive o período eleitoral, lutando contra a doença. Não nos foi dado nem o direito de renunciar à candidatura, para não cairmos na maledicência da política de dizerem que eu havia desistido, havia amarelado, havia me vendido ou coisa parecida. Assim, não pude acompanhar, como gostaria, a doença e o sofrimento da minha irmã.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Eu quero, em meu nome e em nome da minha bancada, e tenho certeza de que em nome de todos os deputados, hipotecar a nossa solidariedade por esse episódio que v.exa. viveu e conviveu na perda da sua querida irmã.

É claro que os afazeres não permitiram que nós estivéssemos junto com v.exa., para que com a presença do Parlamento pudéssemos minimizar o sofrimento de v.exa. e de toda a sua família. Mas tenha certeza, ilustre parlamentar, de que nós acompanhamos, todos nós, deputados e deputadas, essa trajetória dolorida que v.exa. viveu.

Portanto, receba em meu nome, em nome da minha bancada e também em nome do Parlamento de Santa Catarina nossas profundas condolências. Que Deus, na sua bondade infinita, a tenha junto aos seus, e dê-lhe ânimo e coragem e a toda a sua família para minimizar o sofrimento da perda dessa pessoa extraordinária que nós passamos a gostar por referência de v.exa.

Por isso, nós hipotecamos a nossa solidariedade a v.exa. e a toda a sua digna família.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Deputado Sargento Amauri Soares, também aceite os nossos sentimentos em razão dessa perda tão importante para v.exa. e para a sua família, que foi a perda da sua irmã.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Eu agradeço a deferência de v.exa.

Eu gostaria de fazer o registro da presença dos vereadores de Correia Pinto, Joel Pires Burk, o Pity, Marildes de Fátima de Freitas Ziliotto e Edemar José Junges, que estão visitando e assistindo aos trabalhos deste deputado.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sejam muito bem-vindos!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, colegas de imprensa, funcionários da Casa, catarinenses que estão aqui, vereadora Marildes, que é representante da Assembléia de Deus lá de Correia Pinto, e os outros parlamentares, sejam bem-vindos!

Deputada Odete de Jesus e deputado Dirceu Dresch, eu venho acompanhando toda essa movimentação atual da política brasileira. A cada dia parece que temos um fato novo que vem colocar até em xeque as nossas atividades políticas, deputado Sílvio Dreveck, e acabamos entrando numa vala comum, onde parece que todos são iguais.

O Supremo Tribunal Federal acabou aceitando a denúncia e abrindo processo contra os ex-mensaleiros, deputado Onofre Santo Agostini. Aqui parece que essas questões estão tão distantes de nós, mas se começarmos a observar que dois vereadores da capital foram cassados dias atrás, em virtude de uma operação desenvolvida pela Polícia Federal, denominada Moeda Verde e que agora a Câmara Municipal está dando andamento a uma comissão para processar ou cassar o prefeito da capital, Dário Berger, veremos que as coisas não são bem assim.

Diante desses fatos que começamos a observar - e daí vou pelo raciocínio do deputado Pedro Uczai, que também é a minha linha, de que é necessário o financiamento público de campanha para que possamos dar uma organizada, deputado Jorginho Mello, na questão do envolvimento de entidades privadas com as eleições, o que hoje é legal - eu começo a pensar e chamo a atenção para alguns fatos que resultam de investigação e de decisões judiciais. Não são "achismos", pois uma coisa é dizer, deputado Manoel Mota, "eu acho", a especulação.

Nós tivemos em Joinville, deputada Ada De Luca, a decisão de um juiz que deu ganho de causa ao ex-prefeito de São José, que era o vice-prefeito de Dário Berger e assumiu a prefeitura quando Dário Berger renunciou para sair candidato a prefeito da nossa capital. E o ex-prefeito colocou na Justiça três cheques de R\$ 60 mil, que lhe foram dados pelo proprietário da empresa Engenpass Ambiental, que naqueles dias da emissão dos cheques teria assinado o contrato de serviço para coleta de lixo na cidade de São José. Os cheques não tinham fundos, deputado Onofre Santo Agostini, voltaram e o proprietário dos cheques fez um boletim de ocorrência

dizendo que três cheques dados para a filha, em São Paulo, teriam sido perdidos e teriam ido parar na mão de um ex-vice-prefeito.

O juiz determinou o pagamento dos cheques, cujos valores já ultrapassam R\$ 180 mil, pois há juros, correções e tal, porque cheque é ordem de pagamento à vista, tem que pagar.

É a primeira vez na história que eu posso imaginar que, caso esses cheques sejam alvo de propina, é uma propina pela primeira vez sem fundo, porque o portador do cheque não justifica o negócio feito com o empresário da Engepasa Ambiental.

Essa informação saiu e para nós, de Joinville, deputado Elizeu Mattos, é uma informação importante porque é uma empresa de um empresário conhecido, respeitado na cidade, apesar do seu envolvimento com o ex-vice-prefeito e ex-prefeito da cidade de São José, cidade do deputado José Natal.

Mas agora, nessa semana, o Ministério Público Estadual, através do promotor Assis Maciel Kretzer, da Moralidade Pública, acabou denunciando uma série de pessoas que teriam pegado dinheiro público para realizar um congresso nacional de vereadores, no ano 2001, na cidade de Joinville. Sairam, do dinheiro público, R\$ 100 mil, o congresso não aconteceu e, para piorar, o Ministério Público Estadual coloca na denúncia que o vice-prefeito da época, deputado Dagomar Carneiro, hoje prefeito da nossa cidade, o engenheiro Marco Antônio Tebaldi, teria recebido um cheque de R\$ 35 mil de um cidadão de nome Luiz Carlos Pereira Silva, que estaria envolvido no meio das pessoas que estavam organizando esse congresso de vereadores.

A denúncia do Ministério Público Estadual é a seguinte: saíram R\$ 100 mil da prefeitura de Joinville, foram para uma instituição séria que temos em Joinville, que é o Joinville Convention Visitors Bureau; de lá foram para uma agência em Itajaí, da agência em Itajaí se subdividiram em vários cheques menores e chegou nesse cheque.

Como é que chegaram nesse cheque? Como o promotor público chegou nesse cheque, deputado Darci de Matos?

Bom, deputado Darci de Matos, a informação é do promotor público não é minha! Disse que esse cheque entrou na conta do prefeito Marco Tebaldi, voltou uma vez, entrou novamente, voltou de novo sem fundos, deputada Odete de Jesus. Aí foi dado para o sr. Odilon Alves, que era chefe de Patrimônio da prefeitura, para fazer a cobrança, sendo que o sr. Odilon Alves chamou a procuradora do município para fazer a cobrança desse cheque particular do prefeito; ela, por sua vez, fez cópia frente e verso, entregando na mão e contando a história para o promotor. Segundo o promotor de Justiça - e não sou eu que estou dizendo, mas o promotor de Justiça - essas denúncias estão baseadas em horas de gravação telefônica e na quebra do sigilo bancário dado pela Justiça de Joinville.

Fico preocupado, deputado Onofre Santo Agostini, porque aquilo que parecia tão distante de nós, aquilo que parecia ser só uma empresa de Joinville com três cheques de R\$ 60 mil sem fundo, agora começamos a ver que não é bem assim. E eu me sinto envergonhado, deputado Onofre Santo Agostini, como joinvilense que sou e amo aquela cidade, porque nasci lá, quando o nome da minha cidade vai para a lata do lixo dessa forma, com questões como essa, ou seja, o uso do dinheiro público de forma ilícita.

Nós precisamos tanto de recursos na área de saúde e de infra-estrutura, mas agora começamos observar...E não estou aqui para condenar ninguém, estou trazendo este assunto para este Parlamento porque Joinville é a maior cidade do estado, deputado Silvio Dreveck. E nós precisamos tomar conta disso.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado, v.exa. poderia me esclarecer se o cidadão recebeu? Se houve prejuízo financeiro ou não? Porque só pela intenção, deputado, não vejo caracterizado o crime que v.exa. aborda.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - O prejuízo financeiro foi de R\$ 100 mil para a prefeitura de Joinville, porque não aconteceu o congresso.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Mas o prefeito recebeu?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Recebeu!

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sra. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e telespectadores da TVAL, não poderia deixar de fazer menção às palavras e à acusação do deputado Kennedy Nunes no que diz respeito ao congresso em Joinville.

O deputado Kennedy Nunes afirmou categoricamente, nesta tribuna, sra. presidente, que esse congresso não se realizou. Isso não é verdade, deputado João Henrique Blasi! Isso é uma grande mentira! Eu tenho aqui o *release*, as matérias publicadas na imprensa sobre o congresso, deputado Gelson Merisio. Esse congresso foi o maior congresso realizado em Santa Catarina, com a presença de Nelson Jobim, Ciro Gomes, Eduardo Suplicy, Germano Rigotto, Luiz Nassif e outras autoridades. E o governador Esperidião Amin, do partido do deputado Kennedy Nunes, abriu o congresso com o governador. Está aqui. Fez palestras, fez discurso e fez festa nesse congresso. Então, quero e preciso colocar a verdade dos fatos nesta tribuna sagrada. Acho que se faz necessário. E contra fatos não há argumentos.

O deputado Kennedy Nunes, que é meu amigo, a quem respeito, deputada Odete de Jesus, sabe que o Ministério Público é uma instituição ilibada, mas às vezes tem exagerado e feito sensacionalismo com a imprensa. O prefeito Marco Tebaldi não foi sequer notificado. No entanto, a ação chegou ao fórum dia 22 e o jornal *A Gazeta* publicou à noite a matéria, antes mesmo do denunciado ser notificado.

O deputado Kennedy Nunes sabe que nem todas as ações do Ministério Público procedem. E todos nós temos direito a defesa. Já fui muitas vezes denunciado pelo Ministério Público e me defendi, provei minha inocência. V.Exa., por exemplo, está sendo processado pelo Ministério Público, denunciado na Justiça, num amplo processo que corre em segredo de Justiça, no qual a promotora alega que v.exa. havia se apropriado de dinheiro de assessoria e uma série de coisas, que não acredito. Conhecendo sua índole, sua história, tenho absoluta convicção de que é inocente. Mas está sendo denunciado e, no entanto, neste momento, não podemos vir aqui e atacá-lo, denegrir sua imagem. Precisamos esperar a solução definitiva pela Justiça dos fatos. Portanto, também não acho justo agirmos dessa forma com o prefeito da maior cidade de Santa Catarina, que ganhou a eleição com a diferença de quatro mil votos no primeiro turno.

Temos que ser justos e coerentes. E, mais do que isso, os R\$ 100 mil não têm nada a ver com a questão do cheque de R\$ 35 mil. Explico, deputado Gelson Merisio: primeiramente, o governador Luiz Henrique da Silveira, homem ilibado, que tem uma história bonita em Santa Catarina - e todos sabem que já ganhou duas eleições para o governo, ou ganhou três, pois ganhou no primeiro e no segundo turno uma - mandou para a Câmara de Vereadores um convênio, - e eu votei o mesmo, mas v.exa. não votou porque estava ausente naquele dia, estava viajando a trabalho - repassando R\$ 100 mil para realizar esse grande congresso. É natural e admissível, pois qual a cidade que não quer atrair pessoas e realizar grandes congressos para aquecer a economia? Todas querem!

Srs. deputados, esse recurso que a Câmara aprovou foi para o *Convention Bureau*, que atua nessa área de realização de eventos, que repassou esse dinheiro para a União de Vereadores do Brasil. O que os representantes da UBV fizeram com o dinheiro não diz respeito ao *Convention Bureau* e muito menos ao prefeito da época, Luiz Henrique da Silveira ou ao vice-prefeito Tebaldi. A história dos R\$ 100 mil é essa.

Agora, sobre os R\$ 35 mil, o convênio foi feito em setembro de 2001. Faltando dez dias para o congresso, em fevereiro, os promotores do congresso procuraram o prefeito e disseram que iriam suspender o congresso. Seria o caos para Joinville e para Santa Catarina. Então, o prefeito Tebaldi emprestou R\$ 35 mil da sua conta pessoal - e está registrado no Bancoob, existem os documentos - e repassou esse dinheiro pessoalmente, adiantou esse recurso para que o congresso fosse realizado.

É claro que a equipe da UBV deixou um cheque caução de R\$ 35 mil, um cheque frio porque o prefeito estava tratando com bandidos. O prefeito Tebaldi é uma grande vítima dessa situação. E a assessoria, claro, depositou o cheque no banco e colocou na Justiça para cobrar os R\$ 35 mil. Não cobrou, perdeu e pagou do seu bolso. Essa é a história verdadeira. Agora, não podemos fazer o linchamento do nome de um homem público, de um homem tão importante para Santa Catarina, precipitadamente. Não desejo que se faça isso com o prefeito Tebaldi e nem com qualquer um de nós, parlamentares. Infelizmente, isso tem acontecido no estado.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado, eu li no jornal que em 24 de agosto de 2001 o congresso foi autorizado por lei municipal. E ele foi realizado de 10 a 14 de março. E fiquei preocupado, porque o congresso foi devidamente autorizado e realizado. Não há crime em realizar, porque a Câmara de Vereadores autorizou a realização do congresso.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado João Henrique Blasi, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, quando o eminente deputado Kennedy Nunes assomou à tribuna no dia de hoje, eu já tinha certeza de qual seria a matéria escalada para a sua manifestação. E de maneira muito inteligente, como sói acontecer com os pronunciamentos de v.exa., fez um rodeio para chegar onde queria, qual seja, na ação civil pública, aforada no dia 22 de agosto, por um promotor de Justiça na comarca de Joinville.

Mas diversamente do que disse o deputado Kennedy Nunes, não se trata de denúncia do promotor, porque a denúncia refere-se a processo crime e aqui estamos falando em ação civil pública. Houve o aforamento de uma ação civil pública, que vai tramitar regularmente na comarca de Joinville contra os réus em desfavor dos quais ela foi aparelhada. E o primeiro aspecto que se pode aqui trazer à colação é o da presunção da inocência, de que ninguém pode ser condenado culpado, senão quando houver uma decisão judicial transitada em julgado neste sentido.

Por outro lado, esclareceu com muita propriedade há pouco, o deputado Darci de Matos, ao rebater com fatos e argumentos indesmentíveis a afirmação graciosa lançada aqui da tribuna, de que não houvera a realização do referido congresso. Pois eu quero também, secundando as palavras e a manifestação do deputado Darci de Matos, mostrar a fotografia do governador do estado, dr. Esperidião Amin Helou Filho, cumprimentando o ministro Nelson Jobim, na abertura do 15º Encontro Brasileiro de Vereadores na cidade de Joinville, ao qual compareceu o senador Eduardo Matarazzo Suplicy do PT de São Paulo, ao qual esteve presente o então presidente do PPS, Ciro Gomes, ao qual compareceu o então deputado e depois governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, onde há flagrantes da solenidade de abertura do conclave, em que a imprensa noticiou: "Jobim abre Congresso de Vereadores." "Joinville recebe vereadores do país." "Congresso reúne vereadores do país em Joinville".

Os partidos políticos, os diretórios municipais de Joinville ganharam uma sala especial no congresso. E houve até, por inusitado, e os vereadores devem lembrar-se, uma manifestação dos mototaxistas de Joinville com faixa na via pública, chamando atenção dos vereadores do Brasil para a necessidade de regulamentar a atividade de mototáxi.

Então, o congresso houve. Aliás, um belíssimo congresso a valer as ilustres autoridades que nele estiveram presentes. E tão importante foi este conclave que o governo do estado o apoiou. Aqui no prospecto do conclave tem o patrocínio do governo do estado de Santa Catarina, do Badesc - Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - e da Codesc - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

Então, não só o governador fez-se presente como determinou que o governo do estado, que o Banco do Desenvolvimento do Estado e que a Companhia de Desenvolvimento do Estado, todos eles patrocinassem o conclave, tal a sua magnitude.

E esse conclave foi precedido de um projeto de lei, remetido à Câmara pelo então prefeito e hoje governador, Luiz Henrique da Silveira, que teve, deputado Darci de Matos e deputado Kennedy Nunes, a aprovação unânime de todos os vereadores presentes.

É bem verdade que o vereador Kennedy Nunes, do PP, não esteve presente e, estando ausente, efetivamente não votou por essa matéria. Como também ausente esteve o vereador Nelson Quirino de Souza, do PMDB. Mas todos os demais vereadores presentes aquiesceram e votaram unanimemente na lei remetida pelo prefeito Luiz Henrique, para que houvesse um convênio entre a prefeitura de Joinville e o *Convention Bureau* daquela cidade, entidade contra a qual nada se pode dizer do ponto de vista da probidade, e que recebeu o recurso de R\$ 100 mil repassados pelo município de Joinville para realizar um congresso dessa magnitude.

Há também o convênio que foi celebrado, a manifestação feita pelo vice-prefeito e prefeito em exercício, na oportunidade, engenheiro Marco Tebaldi, dizendo a forma como o *Convention Bureau* teria que proceder, abrindo uma conta especial do convênio para o depósito daquele dinheiro. Tudo em homenagem à publicidade! Tudo em homenagem à transparência!

De sorte que, se houve, num momento subsequente, por terceiros, qualquer má utilização de recursos, isso não pode render ensejo, isso não pode abrir a possibilidade de que homens públicos venham a ser acionados e condenados por terem agido de acordo com a legalidade.

E por incrível que possa parecer, hoje o governador Luiz Henrique da Silveira, por ser prefeito de Joinville, naquela oportunidade, por ter remetido o projeto de lei, que foi aprovado unanimemente pela edilidade joinvilense, também figura como réu nesta ação civil pública, que imputa a ele, pasmem v.exas., também uma conduta delituosa quando, na verdade, o que fez o prefeito, o que faria qualquer outro prefeito de Joinville, e o que faz hoje, como governador do estado, remeteu um projeto de lei, devidamente fundamentado, para repassar uma importância a uma entidade de credibilidade da cidade, para que com base nesses recursos se realizasse um evento dessa magnitude, como efetivamente se realizou.

Pasmem v.exas., o governador Luiz Henrique, por ser prefeito de Joinville, à época, também figura como réu nessa ação civil pública, aliás, figura em primeiro lugar! De tal sorte que se for compulsar este processo no SAJ do Poder Judiciário, vai aparecer: "Ministério Público, por seu promotor, contra Luiz Henrique da Silveira e outros." E aí, os demais que foram arrolados naquele feito.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não! Peço apenas a v.exa. a maior brevidade possível.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Sr. deputado, pelo que eu me lembro, eu falei exatamente sobre o cheque que veio para o congresso. V.Exa. defendeu que o congresso foi realizado, realmente foi realizado o congresso! Agora, eu quero saber do cheque de R\$ 35 mil, em nome da pessoa que estava junto com os que foram lá e fizeram o convênio. O cheque!

Eu não falei na questão do governador Luiz Henrique! O governador Luiz Henrique não tem cheque que entrou, voltou, entrou e voltou da conta dele. A ação civil do Ministério Público fala do cheque de R\$ 35 mil na conta do vice-prefeito da época, Marco Antônio Tebaldi. Eu não estou querendo saber se foi realizado o evento ou não! O que nós, sociedade catarinense, queremos saber é sobre o cheque de R\$ 35 mil?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. deputado Kennedy Nunes, v.exa. falou há pouco e os deputados presentes são testemunhas, e as câmeras da TV Assembleia aí estão, e nós podemos recorrer ao expediente que o deputado Joares Ponticelli lança, com muita propriedade, em desfavor do deputado Manoel Mota, que o congresso não aconteceu.

O deputado Darci de Matos disse e mostrou, eu disse e mostrei, e provamos ambos que se realizou um evento de uma magnitude que eu, aqui de Florianópolis, me lembrava dele. Imagino v.exa., que era vereador à época em Joinville, não lembrar-se de um evento desse porte.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Se eu falei isso, deputado...

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - V.Exa. falou!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Eu estou dizendo, se eu falei isso...

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Falou!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Se eu falei isso...

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Falou!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Eu estou dizendo o seguinte: eu falei errado na forma como fui responder, mas o enfoque não era isso, até porque a ação civil não fala da realização ou não. A ação civil é do cheque. Quero saber do cheque. A resposta do deputado Darci de Matos não me convenceu.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - V.Exa. convencer-se ou não é um direito que lhe assiste. Difícilmente haverá de convencer-se com argumento que seja trazido por um deputado de Situação. Mas o deputado Darci de Matos trouxe aqui argumentos convincentes que, ao que sei, estão lastreados em documentação contábil que comprovam a forma esbocada como agiu o então vice-prefeito e hoje prefeito da cidade de Joinville e que, ao longo do processo, isso será apurado com toda minúcia e, com certeza, no final a verdade haverá de fulgurar impoluta no sentido de caracterizar, em primeiro lugar, que o prefeito de Joinville agiu com absoluta regularidade. Que a Câmara Municipal autorizou a realização do evento, e mais do que isso, o repasse de verba pública para sua realização, que o evento aconteceu e que nenhuma irregularidade nele foi praticada.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Ouço o deputado Onofre Santo Agostini.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado João Henrique Blasi, com a permissão de v.exa., quero fugir um pouquinho do assunto para fazer um registro muito importante nesta Casa hoje. Encontra-se em nosso meio o grande ex-senador da República, o catarinense Dirceu Carneiro, que tem uma história muito bonita em nosso estado, por isso é um prazer muito grande ver o senador da República Dirceu Carneiro nesta Casa.

Com a permissão de v.exa. faço esse registro.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Permissão concedida e faço minhas as palavras de v.exa.

Então, srs. deputados, deputado Manoel Mota, por gentileza, v.exa. havia solicitado há pouco, mas cedi o aparte ao deputado Kennedy Nunes. Indago a v.exa. se quer completar o tempo ou fazer uma manifestação aí mesmo do microfone de aparte.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eminentemente deputado João Henrique Blasi, quero cumprimentar v.exa. que esclarece um tema levantado sem muito conhecimento, porque a denúncia de que não houve o congresso já mostra a distância do eminente deputado ao fazer a denúncia, porque nem conhece o congresso que foi.

O congresso contou com a participação de vários órgãos do governo, do seu governo na época, da Codesc, do Badesc, do governo do estado de Santa Catarina, com a presença de ilustres representantes como o governador Esperidião Amin, dos senadores Eduardo Suplicy, Germano Rigotto, Nelson Jobim e Ciro Gomes. Vem aqui o eminente vereador dizer que não houve? Quer dizer, devia estar muito distante, como estava agora ao fazer seu pronunciamento querendo atacar pessoas como Luiz Henrique da Silveira, que mandou o projeto para a Câmara, que foi aprovado por unanimidade, para a realização de um congresso com mais de três mil vereadores. Quem não quer um congresso? Quem não faz de tudo para ter um congresso? Até o governo do estado fez um do seu próprio partido.

Então, realmente é querer buscar alguma coisa. Quando falta matéria vão buscar fatos para tentar jogar lama numa pessoa honrada que é Luiz Henrique da Silveira. Mas não pega, porque Darci de Matos já esclareceu e v.exa. está colocando com muita clareza. E nós, evidentemente, não podemos aceitar aqui, de graça, denúncia vazia; denúncia sem conhecimento, porque sequer sabia que lá estava sendo realizado um congresso. Se não sabia que havia um congresso é porque não estava presente no dia da aprovação por unanimidade, e porque também não participou muito da Câmara de Vereadores. Por isso, vem com acusações levianas contra o nome honrado de Luiz Henrique da Silveira.

Parabéns, deputado, pelo seu esclarecimento.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Agradeço.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não! Ouço o deputado Gelson Merísio.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Gostaria de registrar, sr. deputado João Henrique Blasi, demais srs. deputados, o momento difícil por que passa o nosso país com o denunciamento sendo um fato presente na nossa sociedade, e registrar a biografia do prefeito Marco Tebaldi; a biografia do governador Luiz Henrique, que nos dá a certeza e a tranquilidade de saber que os processos foram feitos de forma correta, de uma forma que preservou o interesse público, e que os fatos, no fórum competente que é a Justiça, serão comprovados e mostrados à sociedade, sem pré-julgamento, que apenas contribui para prejudicar o momento delicado por que passa o nosso país.

É muito fácil a denúncia, é muito eloquente a reverberação dos seus fatos, mas a comprovação dos fatos na Justiça é que dá credibilidade aos processos públicos que nós vivemos.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Deputado João Henrique Blasi, o rito processual permite o contraditório, e aí sim, é que depois haverá uma decisão judicial. Ao fazer-se aqui julgamentos, incorre-se num risco muito grande de cometer injustiças

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra o eminente líder do Partido, sr. deputado Marcos Vieira.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, gostaria de registrar com alegria a presença do prefeito Darci Castagna, do vice-prefeito Antônio Domingos Ferrarini e do assessor jurídico da Prefeitura da Nova Itaberaba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Sejam muito bem-vindos à Assembléia Legislativa.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merísio, líder do Democratas.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Também corroboro com o registro feito pelo deputado Herneus de Nadal, da presença do nosso prefeito Darci Castagna e do vice-prefeito de Nova Itaberaba, nosso amigo Antônio Domingos Ferrarini. Quero também dizer que hoje no almoço com o governador o Grupo Menestrina, da Cedrense, anunciou o investimento que fará no município de Nova Itaberaba.

Muito obrigado, presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados.

Evidentemente que também na tarde de hoje, não me furtaria em ocupar a tribuna desta Casa para tratar deste assunto que já passa a ser recorrente, acerca, evidentemente, daquilo que o noticiário catarinense estampou no que diz respeito à ação civil pública impetrada pelo Ministério Público contra o prefeito Marco Antônio Tebaldi.

(Passa a ler.)

"O prefeito de Joinville, Marco Antônio Tebaldi, juntamente com outras dez pessoas, entre elas o governador Luiz Henrique da Silveira, está sendo indevidamente acusado de recebimento de vantagem pecuniária.

Até agora são informações meramente incompletas que estão sendo divulgadas na imprensa, dando conta de que o prefeito Marco Tebaldi teria recebido um cheque de R\$ 35 mil, oriundo de parte de um repasse de R\$ 100 mil, para a União de Vereadores do Brasil, incidindo na Lei de Improbidade Administrativa. Na verdade, o repasse de R\$ 100 mil e o cheque de R\$ 35 mil são dois fatos bem distintos.

O primeiro fato - (documento 1) - foi a aprovação do projeto de lei, em 2001, autorizando o Poder Executivo Municipal de Joinville a celebrar convênio com o *Convention Bureau* local para o repasse dos referidos R\$ 100 mil. Quantia, evidentemente, destinada a realização do 15º Congresso Brasileiro de Vereadores a ser realizado em Joinville, no ano seguinte, pela União de Vereadores do Brasil, congresso esse que o deputado Kennedy Nunes diz que não existiu.

O valor foi depositado em setembro de 2001, pela Secretaria da Fazenda do município, em uma conta corrente do *Convention Bureau* e em seguida transferida, na sua totalidade, para uma conta-convênio no Besc sob titularidade do *Convention Bureau*.

Já no dia 18 de setembro de 2001, o *Convention Bureau* transferiu os recursos, na sua totalidade, para a União de Vereadores do Brasil, promotora do evento. Esta ação, inclusive, foi realizada mediante parecer jurídico da procuradoria do município, declarando a operação legal.

Já em março de 2002, o 15º Congresso Brasileiro de Vereadores acontece em Joinville com muito sucesso. E apesar de aqui ter sido demonstrado documentalmente pelos deputados João Henrique Blasi e Darci de Matos essa realização, o deputado Kennedy Nunes diz que não houve.

Mas o congresso se realizou com a presença de personalidades ilustres da política brasileira. Nomes como Germano Rigotto, Ciro Gomes, Eduardo Suplicy, Luiz Nassif, ministro Nelson Jobim, do Supremo Tribunal Federal, dentre outros lá estiveram."

Mas eu quero abrir o microfone de apartes ao deputado Kennedy Nunes para que s.exa. diga "sim" ou "não"; o senhor que não votou o convênio autorizando o município a ceder R\$ 100 mil para a realização do evento, participou ou não dele? "Sim" ou "não", sr. deputado! O microfone está aberto para v.exa. dizer para toda a sociedade catarinense.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Muito obrigado, sr. deputado Marcos Vieira. Eu, no dia da votação, estava ausente do município. Portanto, não votei no convênio.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Eu quero saber, deputado, se o senhor participou ou não do 15º Congresso de Vereadores.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Sinceramente, deputado, eu não lembro se participei.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - O senhor não lembra?

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Eu quero saber do cheque de R\$ 35 mil!

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - O deputado Kennedy Nunes vem mais uma vez a esta Casa e diz que o congresso não se realizou e que não lembra, agora, de ter participado ou não de um evento que reuniu três mil vereadores em Joinville. Ele, um vereador de Joinville, não sabe se participou do evento!

Deputado Kennedy Nunes, se não fosse deputado o senhor seria, com certeza, um ator de televisão!

(Continua lendo.)

"Mas, ao contrário do que foi afirmado, o cheque de R\$ 35 mil mostrado pela imprensa não tem nada a ver com a história do repasse dos R\$ 100 mil que acabamos de citar acima.

Trata-se, pois, de uma segunda solicitação de recursos feita pelos representantes da União de Vereadores do Brasil, que procuraram o então vice-prefeito de Joinville após os acontecimentos citados. Eles solicitavam um adiantamento de R\$ 35 mil que não tinha nada a ver com os outros R\$ 100 mil já liberados para o Congresso, com a aprovação, evidentemente, da Câmara Municipal de Joinville.

O então vice-prefeito entendeu que devia ajudar com mais R\$ 35 mil, mas já que não seria possível viabilizar em tempo hábil pela prefeitura, decidiu, então, fazer um empréstimo pessoal no valor de R\$ 35 mil à Coopercred, recebendo como garantia o referido cheque do Besc no valor do empréstimo, cheque este emitido pelo Luiz Carlos Pereira da Silva.

Toda a operação do empréstimo a que me referi está devidamente documentada sob o número 2307 do banco Coopercred.

Ocorre que quando o cheque caução foi depositado, no dia 18 de fevereiro de 2002, conforme havia sido acordado, foi devolvido por insuficiência de fundos. Em 23 de abril o cheque foi novamente depositado e mais uma vez devolvido por insuficiência de fundos.

Todas as medidas, evidentemente, para a cobrança foram tomadas, mas foram inútuas, até que, preocupado com a dívida, o prefeito Tebaldi quitou o débito com os seus próprios recursos em 18 parcelas.

Portanto, esse valor não fazia parte dos R\$ 100 mil iniciais repassados pela prefeitura, tampouco se originava do erário municipal. Tudo está devidamente documentado na Coopercred, à disposição dos interessados.

Muito obrigado!"

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao Partido dos Trabalhadores.

Por delegação do eminente líder do partido, tem a palavra, por até nove minutos, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Boa tarde, srs. deputados, sras. deputadas e toda a imprensa que está nos acompanhando.

Eu cada vez fico mais perplexo quando acompanho os números da situação do nosso estado, e com a aprovação da Medida Provisória n. 137, posteriormente convertida na Lei n. 14.081/2007, que transferiu para a SC Parcerias R\$ 130 milhões em recebíveis do Prodec, que são os créditos provenientes de ICMS.

Depois da aprovação do Fundo Social o líder do governo chega nesta Casa comemorando a aprovação, da Justiça pela liberação do Prodec, do Fundo Social em Santa Catarina e também a aprovação da SC Parcerias.

Nós ficamos muito preocupados e na última sexta-feira, a nossa bancada protocolou uma ação popular pedindo a impugnação judicial de edital aberto pela SC Parcerias para realizar o leilão dos créditos do Prodec no montante de até R\$ 80 milhões. Nossa ação sustenta que a operação é ilegal, pois burla a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O estado monta uma engenharia jurídica para antecipar receita orçamentária por meio de uma operação de crédito, utilizando-se da SC Parcerias como executora. Essa operação, além de ilegal, vai gerar novos e graves danos ao patrimônio público do estado de Santa Catarina e ao nosso estado.

O governo do estado promove uma espécie de terceirização do seu papel, das funções financeiras, repassando para a SC Parcerias a função de arrecadar os tributos e realizar as despesas para fugir do controle dos impedimentos legais. O que nos deixa assustado é por que uma empresa que tem acionistas teria interesse em investir em estradas, em rodovias, como, por exemplo, fazem a Casan, a Celesc e outras empresas públicas de nosso país? Esses empresários, inclusive, investem sem ter retorno financeiro. Então, de fato isso precisa ser entendido. Eu quero chamar a atenção aqui da sociedade sobre isso.

Em condições normais o ICMS do Prodec entraria no caixa do Tesouro e sofreria as vinculações de direito. Portanto, assim essa triangulação das funções do estado vai tirar receitas dos municípios e vai tirar, conseqüentemente, receitas da saúde, da educação, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Udesc.

Temos ainda a presença do prefeito de Nova Itaberaba. E nós estamos aqui comprando uma briga, inclusive entrando na justiça, porque nós queremos defender os direitos dos municípios receberem a sua parte do direito à educação e receberem a sua parte do direito à saúde. Isso já ocorreu com o Fundo Social, e nós denunciemos que os municípios perderam uma boa parte, srs. prefeitos.

Lá em Saudades, por exemplo, a empresa Umbro recebeu R\$ 14 milhões em 1999, de incentivos do Prodec. Com certeza o município não vai receber essa parte que era dele quando a empresa devolver esse recurso para o estado.

Então é grave isso e ainda se fala aqui, a cada semana deputados vêm para esta tribuna falar em pacto federativo. Falar em pacto federativo significa distribuir os recursos da União, dos estados e dos municípios e aqui está se tirando recursos dos municípios e tirando das políticas sociais, pois em Santa Catarina milhares de pessoas precisam de atendimento à saúde nos hospitais regionais, que estão com problemas. O hospital de São Miguel d'Oeste está parado, assim como o hospital de Chapecó e outros.

Com esse corte de recursos previsto R\$ de 240 milhões para o ano que vem, do Fundo Social, os municípios vão ficar sem a sua receita.

Então, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal a operação de crédito por antecipação de receita só pode ser realizada para atender insuficiência de caixa e deverá ser liquidada até dezembro de cada ano.

E aqui nós estamos falando da antecipação desses recursos para os próximos três anos. Como o governo até agora nega que haja insuficiência de caixa, não existindo uma declaração formal que justifique a antecipação da receita, está praticando uma operação ilícita.

O prazo previsto para essas operações está colocado até 31 de dezembro de 2010, quando deveriam vencer este ano.

Outro ponto violado pelo edital são os encargos da operação, que utiliza a variação da CDI acrescida de taxa mensal de juros, quando a Lei de Responsabilidade Fiscal diz que a operação de crédito não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, que é a taxa básica financeira. Considerando uma taxa anual do CDI em torno de 11%, mais 6% de juros pré-fixados, a despesa pública pode chegar a 17%, ou seja, algo em torno de R\$ 13,6 milhões de capital emprestado, só em serviços desse recurso.

Então, de fato estamos muito preocupados com o que se faz com o caixa deste estado, com o que se faz com o dinheiro público aqui em Santa Catarina, não se olhando para as questões centrais de distribuição de renda, das políticas sociais e outras questões colocadas.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Dirceu Dresch, parabéns pelo seu pronunciamento.

O governo do estado busca fazer uma engenharia para dar uma resposta ao que deixou pendente no exercício anterior, do ano passado, quando, no período eleitoral, gastou mais R\$ 90 milhões, através da SC Parcerias, e agora precisa buscar uma forma, um mecanismo. E encontrou um mecanismo que não responde à perspectiva constitucional, legal, de antecipação de receita dentro do próprio exercício, colocando quatro anos de distância.

E também quando faz esse tipo de operação de antecipação de receita com essa natureza jurídica, ela se caracteriza em títulos, em letras. E essa palavra letras, na nossa memória, não é das melhores e mais positivas no estado de Santa Catarina.

Por isso quando o Judiciário cancela o leilão é para que se esclareça de forma rápida, mas não tão rápida, como foi a votação aqui da SC Parcerias. Foi tão rápida que nem a base do governo tem noção do que foi votado aqui, e precisa esclarecer publicamente.

Portanto, o Judiciário precisa nos ajudar a esclarecer publicamente a inconstitucionalidade, a ilegalidade e o governo reconhecer. Está quebrado o governo do estado? Então, peça para o Banco Central emitir títulos para salvar o governo dessa situação que está colocada da SC Parcerias.

Parabéns!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, deputado Pedro Uczai!

Isso até pode ser considerado legal, agora, o que nós entendemos é que é imoral e ilegítimo tirar recursos dos municípios e da sociedade catarinense dessa forma que está se fazendo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Dirceu Dresch!

O Sr. Deputado Genésio Goulart - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Genésio Goulart.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Gostaria de registrar a presença, nesta Casa, dos dois nobres vereadores da cidade de Tubarão: o presidente da Câmara de Vereadores, sr. Geraldo Pereira, popular Jarrão, e o vereador Ivo Stapazzol. Eles estão nos dando o prazer desta visita e sejam bem-vindos, amigos!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sejam bem-vindos ao Parlamento catarinense, srs. vereadores!

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias, e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projetos de Lei n.s: 0096/2007 e 0097/2007, de autoria do deputado Gelson Merísio, e 0150/2007, de autoria do deputado José Natal.

Comunica, outrossim, que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável à seguinte matéria: Ofício n. 0015/1999, de autoria da Procuradoria-Geral do estado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0295/2007, de procedência governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Concórdia (regularização de ocupação).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0091/2007, de autoria do deputado Professor Grando, que declara de utilidade pública o Rotary Club Florianópolis Jurerê, com sede no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0133/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que declara de utilidade pública a Assistência Social Unidos pelo Povo, com sede no município de Guaramirim.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0200/2007, de autoria do deputado Renato Hinnig, que declara de utilidade pública o Citeb - Centro de Inovação e Tecnologia, no município de Biguaçu.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0203/2007, de autoria do deputado Marcos Vieira, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Jardim Atlântico, no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0226/2007, de autoria do deputado Julio Garcia, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores de Capivari de Baixo - Centro, no município de Capivari de Baixo.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0255/2007, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que declara de utilidade pública a Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Ilhota.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n. 0003/2007, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que suspende a execução do art. 26 da Lei n. 2.933/93, do município de Criciúma (normas urbanísticas).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n. 0004/2007, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que susta os efeitos do art. 102 da Lei Complementar n. 063, de 2003, do município de Florianópolis (licença gestação para o período de amamentação).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0102/2007, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que dispõe sobre a fixação de cartazes nos veículos de transportes coletivos, nas estações rodoviárias, nos aeroportos e outros recintos, dos nomes e fotos das crianças desaparecidas.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher; e de Segurança Pública.

Em discussão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sra. presidente e srs. deputados, eu chamo a atenção de todos porque essa questão do desaparecimento de crianças é um problema que também estamos vivendo a cada dia aqui em Santa Catarina. E a intenção desse projeto pode ser dividida em duas partes. A primeira é fazer com que nesses locais, pontos de entrada e de partida de pessoas viajando e também nos ônibus, possamos divulgar as fotos das crianças para que, se porventura alguém ver uma criança, possa fazer a denúncia.

E o segundo fator dessa lei é dizer às famílias que sofrem com esse tipo de problema de desaparecimento de crianças de casa... E nenhum de nós gostaria de passar por isso, mas, infelizmente, as nossas famílias não estão livres desse fantasma. Nós estamos vendo, por exemplo, na mídia nacional que um casal espanhol foi a uma praia em Portugal e a criança desapareceu. Com esse projeto, nós estamos dizendo que o setor público, nós políticos, estamos também preocupados com essa família, e o mínimo que podemos fazer é garantir numa lei a obrigatoriedade da fixação desses cartazes de crianças desaparecidas.

Por isso peço que os nobres deputados possam aprovar este projeto, para assim podermos dar um pouco mais de conforto às famílias que sofrem por conta dessas crianças desaparecidas.

Muito obrigado, sra. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado com a emenda modificativa.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0111/2007, de autoria do deputado Gelson Merisio, que institui a Semana da Segurança do Motociclista no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Em discussão.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sra. presidente, eu não poderia deixar de fazer uma menção elogiosa a esse projeto, de falar, rápida e objetivamente, da importância de se criar a Semana do Motociclista para que nela o poder público estadual, através da secretaria da Segurança Pública, possa efetivamente realizar debates, seminários, reuniões com a distribuição de material e outras ações para que possamos conscientizar os motociclistas e essas pessoas que se utilizam do trânsito em Santa Catarina no sentido de diminuir, minimizar o elevado índice de acidentes de motociclistas no nosso estado.

As estatísticas dão conta de que a grande maioria dos acidentes, inclusive os fatais, em Santa Catarina e no Brasil diz respeito a motociclistas.

Portanto, eu vejo com bons olhos e entendo que é de fundamental importância a aprovação desse projeto e, mais do que isso, a viabilização desse projeto, colocá-lo em prática e, efetivamente, realizar as ações durante essa semana.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sra. presidente, na qualidade de deputado que faz parte da CPI da Casan, convoco os membros da comissão: deputado Joares Ponticelli, representando o PP; deputado Jailson Lima, representando o PT; deputados Renato Hinnig e Elizeu Mattos, representando o PMDB; e deputado Sargento Amauri Soares, representando as minorias, para uma reunião hoje, às 16h30min, na sala das comissões, a fim de elegermos o presidente e o relator da CPI, conforme determina o art. 149 do Regimento Interno.

Faço, portanto, por intermédio de v.exa., essa convocação!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Estão todos convocados, deputado Onofre Santo Agostini.

Esta Presidência, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0514/2007, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0515/2007 e 0516/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves...

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, eu também tenho recebido diversas reclamações acerca deste assunto e acho oportuna a apresentação dessa indicação pelo deputado Nilson Gonçalves, Eu não vejo o deputado no plenário neste momento, mas quero solicitar a permissão para subscrever também essa indicação porque, efetivamente, faltam esclarecimentos e transparência nesses processos de renovação de carteiras.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Deputado Joares Ponticelli, acho que não haverá nenhum problema de v.exa. assinar essa indicação junto com o deputado Nilson Gonçalves.

Comunicamos ainda que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0517/2007 e 0518/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0519/2007, 0520/2007 e 0521/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0522/2007, de autoria do deputado Professor Grando; 0523/2007, de autoria do deputado Jailson Lima; 0524/2007, 0525/2007, 0526/2007, 0527/2007, 0528/2007 e 0529/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0530/2007, de autoria do deputado Silvío Dreveck...

O Sr. Deputado Silvío Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvío Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sra. presidente, fiz essa indicação porque São Bento do Sul atende uma microrregião e há muito tempo que não tem médico legista. A necropsia é feita por técnicos e a assinatura é de médicos cedidos pela prefeitura municipal, que nem sempre estão à disposição. Quando isso não acontece, pois são casos mais graves, que necessitam de uma análise mais profunda, os cadáveres devem ser transferidos para Joinville. Na transferência para Joinville, eles não têm veículo para fazer esse transporte. Então, a situação, deputado Kennedy Nunes, é caótica. Estamos fazendo esse apelo ao governo do estado até com o aval do prefeito municipal, que tem feito um esforço para ceder funcionários a órgãos públicos do estado, coisa que é da competência do estado. E nós não podemos permitir que os municípios, que já têm inúmeras despesas com as suas próprias atribuições, ainda tenham que fazer despesas que são da competência do estado, como é o caso dos médicos legistas.

Obrigado, sra. presidente.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu só quero dizer que reforço o que o deputado fala da região de São Bento do Sul, pois nós, em Joinville, estamos numa situação não muito diferente com relação a esse serviço, sra. presidente, do Instituto Médico Legal.

Nós estamos passando por sérias dificuldades, inclusive o carro que é conhecido como rabeção está parado há mais de quatro meses na oficina parece que por falta de uma peça que custa R\$ 800,00 e quem está fazendo esse tipo de serviço são as funerárias. Essa é a situação lá em Joinville, não muito diferente.

E digo mais ainda, quanto aos médicos legistas, que é o pedido do deputado, a situação lá está tão difícil. Nós temos quatro médicos legistas lá no Instituto Médico Legal de Joinville, mas no dia do crime da menina na Igreja Adventista não havia nenhum médico na cidade. Em virtude disso, o delegado determinou que um outro médico, o dr. Koerich, fizesse a autópsia da menina.

Só para verem a situação do nosso Instituto Médico Legal, que está jogado às traças lá em Joinville. Não sei se é a mesma condição lá em São Bento do Sul.

Tivemos dez homicídios em Joinville e quem está fazendo a coleta dos corpos são as funerárias porque o Serviço de Verificação de Óbitos - SOB - não está funcionando. Deve ocorrer a mesma coisa em São Bento do Sul e também por toda Santa Catarina.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Esta Presidência comunica ainda que será encaminhada ao destinatário a Indicação n. 0531/2007, de autoria do deputado Jandir Bellini, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sra. presidente, queria fazer o registro da presença de um colega, o jornalista Antônio Anacleto, editor-chefe do jornal *A Gazeta*, de Joinville, que está visitando a Assembléia juntamente com outros companheiros do curso de Direito. Sejam bem-vindos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Está feito o registro.

Também gostaria de agradecer a presença do professor Paulo Schmidt, juntamente com os alunos do 10º semestre do curso de Direito da Universidade Regional de Blumenau, a nossa Furb, que estão visitando o Parlamento catarinense, bem como visitando o Tribunal de Justiça e o Tribunal Regional do Trabalho. Sejam muito bem-vindos.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Câmara Municipal de Imaruí, cumprimentando-o pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria do jornal *A Crítica*, de Tubarão, cumprimentando-a pelo aniversário daquele veículo de comunicação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Sociedade Recreativa Esmeralda, de Joinville, cumprimentando-o pelo aniversário da entidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e presidentes das Câmaras Municipais de: Chapecó, Guarimir, Herval d'Oeste, Imaruí, Joaçaba, Luzerna, Navegantes e Orleans, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras Municipais de Imaruí, Joaçaba, Guarimir e Chapecó, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Florianópolis e Região, cumprimentando-o pelo aniversário da categoria.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis de Santa Catarina, cumprimentando-o pelo aniversário da categoria.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jandir Bellini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Guarimir, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica a presidente da Associação da Rua Lauro Müller, cumprimentando-a pela posse na entidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jandir Bellini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da Rádio Clube de Itajaí, cumprimentando-o pelo aniversário da entidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao gerente executivo do Ibama/SC, solicitando a permanência do escritório regional da entidade em Rio do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao governador do estado, solicitando a reabertura do posto do Corpo de Bombeiros na Fazenda do Rio Tavares, em Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar, solicitando a reabertura do posto localizado na Fazenda do Rio Tavares, em Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Florianópolis, solicitando a conclusão das obras de canalização da servidão Nossa Senhora de Lurdes, na Agrônômica.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que solicita o envio de mensagem telegráfica às empresas Brasil Telecom, NET e GVT, solicitando que sejam disponibilizados serviços de internet banda larga na comunidade da Caieira da Barra do Sul, em Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica à empresa TIM, solicitando a instalação de torre de telefonia celular em Timbó Grande.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica às operadoras de telefonia móvel TIM, Claro e Brasil Telecom, solicitando estrutura de telefonia celular nos municípios de: Imbuia, Leoberto Leal, Petrolândia, Vidal Ramos, Chapadão do Lageado e Aurora.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, queria, com a permissão do autor do requerimento, deputado Rogério Mendonça, subscrever o requerimento, entendendo a necessidade deste Poder Legislativo atuar junto às operadoras de telefonia celular para a instalação desses serviços em todo o estado de Santa Catarina, uma vez que nós temos uma vasta região, mais de cem municípios, que ainda não contam com telefonia celular, incluindo as cidades mencionadas, todas no Alto Vale do Itajaí.

Quería subscrever e colocar-me à disposição para essa luta pela ampliação dos serviços de telefonia celular.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Deputado, tenho certeza de que o deputado Rogério Mendonça não irá opor-se a que v.ex.a. subscreva este requerimento.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao deputado federal João Matos, solicitando esforços para disponibilizar recursos destinados à construção de centro de múltiplo uso em Atalanta.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro dos Transportes, pedindo esclarecimentos sobre o andamento das obras de conclusão do aeroporto regional de Jaguaruna.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Pedro Uczai e outros srs. deputados, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro das Minas e Energia, solicitando que receba em audiência uma comissão de representantes do MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens, para tratar de questões importantes relacionadas aos atingidos pela hidrelétrica da foz do rio Chapecó.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, para discutir, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sra. presidente, srs. deputados, esta audiência que se está solicitando junto ao ministro das Minas e Energia é urgente e necessária, uma vez que a obra já está em andamento na foz do rio Chapecó e os problemas sociais e ambientais, praticamente, na sua totalidade estão pendentes de solução.

Por isso, a bancada do Partido dos Trabalhadores, com o apoio dos demais parlamentares, coloca em discussão e votação este requerimento para que aconteça essa audiência junto ao ministro de Minas e Energia o mais rapidamente possível.

Inclusive, neste momento se encontram mais de 300 agricultores na frenteira do canteiro de obras, na foz do rio Chapecó, com muitos policiais ao redor, podendo até haver atos de violência. E nós queremos que isso seja evitado, que exista bom senso nesse processo, pois o MAB nada mais está fazendo do que reivindicar o seu direito de ter justa indenização das terras, com reassentamento ou em dinheiro das benfeitorias em suas terras.

É nessa direção que nós solicitamos o apoio do demais parlamentares.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Pedro Uczai.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao ministro das Comunicações e à bancada catarinense no Congresso Nacional, solicitando a viabilização de sistema de rastreamento de deficientes mentais e idosos, usando tecnologia de *chips* e monitores.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Jandir Bellini, a ser enviada ao ministro da Defesa e ao presidente da Infraero, solicitando providências no sentido de ampliar e modernizar o aeroporto de Navegantes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Kennedy Nunes, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre arrecadação, patrimônio e frota da Delegacia Regional de Joinville e Polícias Civil e Militar daquele município.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o deputado Pedro Uczai.

(Pausa)

Este deputado declina da palavra.

O próximo orador inscrito é o deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos para a sua manifestação.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estou trazendo, nesta tribuna, no dia de hoje, uma denúncia que já foi discutida nesta Casa, foi motivo, inclusive, de audiência pública. Trata-se, mais uma vez, da telefonia rural, deputado Silvío Dreveck.

Trouxe alguns dados do mês de maio para cá que, de fato, deixam-me assustado. Quando as pessoas das comunidades do interior ligam para cá, usam o 91, que são os telefones com ramais. Cito aqui um exemplo: Estrada Geral Varaneira. Lá, a comunidade que pagava, em maio, R\$ 46,54, no mês de junho a conta saltou para R\$ 700,49; no mês de julho, para R\$ 672,32, e no mês de agosto, para R\$ 1.457,74.

As informações que recebemos da companhia são insuficientes e difíceis, diga-se de passagem, deputada Odete de Jesus! Ficamos uma hora e 20 minutos no telefone buscando explicações sobre isso e não conseguimos. Uma hora e 20 minutos esperando na linha, passando de um ramal para outro e não tivemos nenhuma explicação sobre isso!

As comunidades alegam que a Brasil Telecom está cobrando das comunidades o custo de ligações por telefone celular. É um custo altíssimo. Só isso explica que hoje estejamos aqui com esse custo tão alto da telefonia no meio rural de Santa Catarina.

Infelizmente, ao que parece, as comunidades do interior estão sendo proibidas, pelo alto custo financeiro, de ter o seu telefone, de ter esse direito de se comunicar. Então, o que se vê é, de fato, como já noticiado na imprensa de nosso país por várias vezes, que a telefonia é um dos piores serviços prestados ao cidadão, à população brasileira.

Temos muitas reclamações no Procon, mas há muitas dificuldades. De fato, o processo de privatização da telefonia de nosso país deixou a população desprotegida e sem direito nenhum.

Então, é necessário que se tomem iniciativas urgentes no sentido de melhorar esse atendimento à população de Santa Catarina, principalmente às nossas comunidades do interior.

Há um outro tema que gostaria de trazer a esta tribuna e peço à assessoria para mostrar as fotos.

(Procede-se à exibição de fotos.)

Estivemos, na última sexta-feira, no oeste catarinense para a grande campanha que se lançou na luta pela implantação da universidade federal na região. Houve mobilizações, quatro grandes atos em Santa Catarina, com a participação de mais de 2.000 pessoas, principalmente jovens. E o governo Lula está reascendendo na população a perspectiva de continuar sonhando em ter uma universidade pública. É um direito ter uma universidade pública. São milhares e milhares de jovens que sonham com essa expectativa; são mães e pais que não têm condições de pagar uma universidade particular para seus filhos, que estão nessa campanha, nessa luta pela universidade pública da mesorregião de fronteira do Mercosul.

Há um compromisso importante do próprio ministro da Educação e do presidente Lula nessa luta que envolve os mais diversos setores da sociedade, a exemplo do que foi o ato em Concórdia, na sexta-feira à noite, que teve a participação extraordinária de toda a região, de toda a representação da sociedade, do ato em Xanxerê, do ato em Chapecó, na sexta-feira de manhã, do ato em São Miguel d'Oeste.

Mas há uma preocupação e há um debate, inclusive, muito grande, deputado Joares Ponticelli, de lideranças políticas que estão trabalhando a perspectiva de que não deva haver a universidade pública. O governo federal teria que comprar vagas das escolas particulares.

Hoje temos mais de 400 mil jovens no ProUni. E estamos convencidos, por isso estamos fazendo esta luta pela universidade pública, que o estado, que a política pública, o estado brasileiro tem que ter uma estratégia para suas universidades públicas, sim, porque nós temos que apostar na pesquisa, na educação e na extensão. Uma região como o grande oeste de Santa Catarina, com certeza tem que ter sua universidade, pois estamos distantes 600 até 800 quilômetros da nossa única universidade de Santa Catarina.

Nós já temos, sim, alguns cursos no interior do estado, mas isto não basta. Então, temos que pensar na universidade pública, com a abertura de mais Cefets em Santa Catarina para profissionalizar a nossa população das diversas áreas do estado. E estamos também trabalhando para ampliar a extensão da nossa universidade estadual. Então, não é contraditório.

Gostaríamos de deixar muito claro que uma universidade pública não tira a oportunidade da universidade particular ou das universidades particulares existirem. Pelo contrário, com certeza ela contribui muito para o avanço das universidades particulares, também no estado de Santa Catarina, porque elas têm que se preparar melhor, ou seja, têm que se especializar. Isso significa profissionais mais preparados, inclusive, para trabalhar nas universidades particulares, quem sabe.

Então, a estratégia de termos mais uma universidade pública em nosso estado, que atinja regiões importantes como o sudoeste do Paraná e o Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, é importante.

E um outro fato, deputado Silvio Dreveck, foi que conseguimos unificar o movimento. No Rio Grande do Sul nós tínhamos três movimentos diferentes nas diversas regiões daquele estado e conseguimos unificar esses três movimentos no grande oeste catarinense e no Paraná. Então, hoje, o centro do debate é garantir que a universidade venha para o sul. Depois nós vamos discutir quais as cidades que receberão os pólos ou o centro de administração da nossa universidade.

Então, com certeza, essa é uma grande luta que vai continuar ocorrendo. Foi uma animação muito grande da nossa juventude continuar participando desta caminhada e, com certeza, o nosso estado ganha muito, assim como ganha o oeste catarinense com a estratégia de desenvolvimento desta importante região do estado.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

V.Exa. está colocando um assunto muito relevante para o nosso estado de Santa Catarina, que é a interiorização da Universidade Federal, como também da Udesc.

Digo isso porque em São Bento do Sul nós tivemos a oportunidade de ter o campus da Udesc, e muitos empreendimentos, muitos empreendedores que vêm de outros estados e até de outros países, tomam a decisão de vir para cá, não só pelo incentivo fiscal, como também pelo avanço tecnológico que essas empresas têm, baseadas numa mão-de-obra que é qualificada através da Universidade Federal, bem como da Udesc.

Então, v.exa. pode contar com este deputado, junto com todos aqueles que são adeptos do avanço da ciência, da tecnologia e do conhecimento, para incentivar que as nossas universidades cheguem lá no interior, para as regiões mais distantes, para que um acadêmico, um aluno nosso possa estudar aqui na capital. Tendo esta oportunidade, estaremos levando desenvolvimento para o interior do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. deputado!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Agradeço a v.exa. por ter reforçado a importância da nossa universidade, deputado Silvio Dreveck, pois nós não queremos que com a educação, no futuro, aconteça o que está acontecendo com a telefonia. Nós precisamos, sim, de uma estratégia do estado que controle estas questões para não correremos o risco de que no futuro a educação esteja na mesma situação que está hoje a nossa telefonia, que foi privada, foi vendida em épocas passadas e hoje estamos passando por esta situação complicadíssima e gravíssima para a nossa população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Professor Grandó, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados, companheiras deputadas, hoje não poderia deixar de falar e de anunciar para todo o povo de Santa Catarina, por ser representante da nossa querida Grande Florianópolis, mais especificamente da nossa Florianópolis, da qual fomos prefeito, que no dia de ontem, às 15h30min foi assinado um convênio entre a prefeitura municipal de Florianópolis, através do prefeito Dário Berger, e o governo do estado, representado pelo nosso governador Luiz Henrique da Silveira, e pela companhia de gás de Santa Catarina, através de ex-deputado estadual e federal, Ivan Ranzolin, através do qual a nossa ilha passa a fazer parte da modernidade, ou seja, do Projeto Ilha. Isso significa que nós teremos mais postos de gás natural veicular e que as nossas residências, condomínios e prédios poderão ser abastecidos por gás encanado.

Este Projeto Ilha é importante. E talvez algumas pessoas ainda não tenham pensado nessa forma de energia, com a tecnologia de hoje e com a sua facilidade, em não termos mais aqueles caminhões carregando botijões. Agora isso passará a fazer parte da arquitetura dos prédios de Florianópolis, que serão projetados para receber o gás como recebemos a energia elétrica e a água e isso vai melhorar a qualidade de vida.

Portanto, o Projeto Ilha dá uma arrancada para o cumprimento de uma das grandes metas do governo do estado na questão do gás, que é a utilização, na nossa ilha, do gás como fonte de energia. E também levará o gás para a serra, pois essa era a segunda reivindicação. E a terceira reivindicação é levar o gás para o oeste de Santa Catarina, para a industrialização, para a comercialização e para o uso da população. Então, o governo do estado está de parabéns, assim como a nossa prefeitura e a Companhia de Gás de Santa Catarina. É desta maneira que se trabalha!

Srs. deputados, não poderíamos deixar de falar hoje sobre uma pequena indicação, mas com muita profundidade, na qual mencionamos as escolas municipais. E nós que andamos muito pelo interior, principalmente na região da Grande Florianópolis, vimos aquelas escolas isoladas, onde antigamente existia uma madeira, um núcleo habitacional da agricultura, que veio se enfraquecendo, até porque hoje as prefeituras procuram, através do ônibus, buscar as crianças no interior e trazê-las para os colégios, nas sedes dos municípios, barateando os custos da educação, uma vez que no interior temos poucos estudantes e as escolas ficam abandonadas.

Então, o que nós temos que fazer? Temos que aproveitar essas escolas que são propriedades públicas, fazendo um levantamento junto à secretaria de Educação e de Administração para dar alguma utilidade ao espaço e aproveitá-lo como centro comunitário, como centro específico de mães, ou como um centro onde os cursos técnicos possam ser realizados, para aproveitar melhor aquele espaço físico abandonado.

Então, peço a cada cidadão de Santa Catarina que ao ver uma antiga escola isolada ou uma escola pequena abandonada, mas que já teve importância comunitária, avise, para que possamos, a esse ente próprio estadual, dar alguma boa utilidade. Esse levantamento já está ocorrendo e é fácil de fazê-lo, através das secretarias de Administrações Regionais.

Sr. presidente, para encerrar não posso deixar de falar sobre uma antiga reivindicação, pois este deputado, quando foi prefeito, implantou o sistema de transporte marítimo entre o centro e Canasvieiras, de forma experimental e ainda existem as cooperativas de barco na Lagoa - e nós temos o transporte marítimo da costa da Lagoa e da outra parte do Rio Vermelho. Então, é urgente e necessária a interligação com os municípios da Grande Florianópolis com Biguaçu, São José e Palhoça, enfim, com o sul do estado; podemos vir desde Laguna, Garopaba e irmos para o norte, passando por Celso Ramos, Porto Belo e chegando a Camboriú e, porque não, até São Francisco, que já terá essa condição dos barcos funcionando, talvez daqui a dois meses. Mas a capital, por ser uma ilha e ter toda essa potencialidade, já deve começar funcionando como alternativa de transporte para evitar engarrafamentos. E nós sabemos que quem vem para o nosso município pela ponte Colombo Salles tem que entrar na ponte às 7h para chegar às 8h30min ou 9h aqui no centro, por causa do grande engarrafamento.

Então, existem alternativas. E hoje tem o transporte marítimo, inclusive de grande porte, pois os ônibus podem entrar direto e os passageiros não precisam nem sair e podem continuar sua viagem para os municípios da Grande Florianópolis. Para isso, obviamente há uma licitação, na qual o poder público municipal ou estadual não vai gastar. Seria em forma de concessão e de uma forma transparente, como aqui já foi feito com o Centro de Convenções e como nós fizemos com as garagens subterrâneas. Portanto, há muitas maneiras de fazer parcerias aproveitando essas potencialidades.

Então, queremos, mais uma vez, reivindicar junto ao governo do estado, do Deter e da secretaria de Transportes que façam acontecer esse grande sonho que é o transporte marítimo. Sabemos que está sendo feita a recuperação da ponte Hercílio Luz e que a construção de alguns viadutos ajudarão o nosso sistema de trânsito.

Srs. deputados, quero aproveitar para dar uma notícia boa, pois no dia 14, próximo ao cemitério do Itacorubi, na região que vai para a Lagoa da Conceição e Canasvieiras, toda população está sendo convidada para a inauguração deste primeiro viaduto. Esperamos que o viaduto da Avenida Ivo Silveira também venha - e houve um atraso -, com a maior brevidade, pois também irá ajudar o sistema de transporte.

Eu falo da nossa capital, porque ela é de todos os catarinenses, não é única e exclusivamente de quem aqui habita, mas de todos os que para cá vêm. A nossa cidade tem o título de cidade com melhor qualidade de vida, adquirido na nossa época, através do saneamento, do orçamento participativo, das creches, da educação, do transporte nos morros, do cestão do povo, mostrando que Florianópolis mudou e quer avançar ainda mais. E nós precisamos ter o metrô de superfície, o transporte marítimo e a complementação do saneamento básico no interior da ilha.

Ainda neste mês próximo, em setembro, teremos o lançamento da ordem do saneamento, no Ribeirão da Ilha, que produz ostras e que é o maior produtor de ostras e uma alternativa econômica do Brasil está na nossa ilha. A nossa querida Tapera também terá sistema de saneamento. Por isso, ainda mais queremos avançar. É desta maneira que queremos agir aqui no Parlamento, ou seja, lutando pela nossa Grande Florianópolis, especificamente por Florianópolis.

E este espaço é importante para falarmos dessas conquistas que são de responsabilidade pública. E eu tenho certeza de que o governador Luiz Henrique da Silveira é um parceiro da prefeitura, quando se propõe a essas parcerias, juntamente com todos os órgãos governamentais e até privados, naquilo que nós chamamos de transparências públicas de governo e fazer acontecer aquilo que nós tanto reivindicamos, porque o tempo passa, mas é necessário que as reivindicações sejam atendidas.

Quando olho para o Mercado Público, vejo aquela população toda atravessando quatro pistas, em dia de chuva, com frio, com carros passando, penso que ali deveria ter um subnível, um pequeno túnel ou uma passarela por cima, pois são 160 mil pessoas que utilizam aquele terminal de ônibus. Então, isso é necessário! É uma obra barata que servirá para melhor qualidade e segurança do nosso povo, pois muitas pessoas já foram atropeladas ali. Todo aquele centro poderá ser melhorado com uma revitalização e com uma administração municipal e estadual.

E nós, da Assembléia Legislativa, estamos reivindicando que passem a acontecer todas essas lutas, todas essas obras, que são baratas e necessárias para a capital de todos os catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência agradece a presença da presidente da COHAB, sra. Maria Darci Mota Beck.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero registrar nos anais desta Casa a presença da sra. Maria Darci Mota Beck, presidente da Cohab. Ela está fazendo uma revolução de casas em Santa Catarina pela sua competência. É ex-funcionária da Caixa Econômica Federal, ex-funcionária do antigo BNH e hoje trouxe todo esse conhecimento, fazendo com que as casas populares em nosso estado aconteçam, quer dizer, que saiam do papel e passem para a prática. Aquilo que por muitos anos não aconteceu, hoje acontece em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência se congratula com o líder do PMDB.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Marcos Vieira, a quem concedemos a palavra, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, ocupo a tribuna desta Casa para dizer que me orgulho muito de ser catarinense, que me orgulho muito de ter nascido em Santa Catarina e de conhecer grande parte do território catarinense.

É sabido de todos que Santa Catarina tem 1.1% de todo o território nacional e que tem em torno de 3.3% de toda a população brasileira, mas é um estado altamente produtor, um estado de referência nacional e internacional na produção e na qualidade da sua cultura. E quando digo que me orgulho de ser catarinense é porque quando leio os jornais gosto de ler as coisas importantes que acontecem na nossa terra.

Manchete do jornal *Diário Catarinense* do dia de ontem, dia 27: "Mecânico descobre o biodiesel." Manchete fantástica, reportagem que nos orgulha ao lermos.

Vejam, srs. deputados, uma página inteira do jornal *A Notícia*, sobre uma invenção que pode gerar riqueza. Trata-se de Luiz Carlos Maximiano, mecânico, que não cursou a universidade e que tem a escola da vida. Ele teve a sabedoria com a sua experiência de vida, ajudado pelos agricultores da cidade de Frei Rogério, que fica no meio-oeste de Santa Catarina, de inventar uma máquina que extrai, a partir da matéria-prima, que é a semente do girassol, o biodiesel.

E este deputado, na condição de membro da comissão de Agricultura desta Casa participou do evento no qual ele, Luiz Carlos Maximiano, mostrou para toda a sociedade catarinense a sua invenção. Em seguida, fomos ao galpão do Núcleo Triticola ver o lançamento do plantio do girassol. Lá estava também presente o presidente da comissão de Agricultura, deputado Reno Caramori.

O girassol é plantado e colhido exatamente na entressafra. Ele ocupa um espaço de tempo em que o agricultor não possui outro tipo de cultura para fazer uso da sua terra. E a invenção, a máquina, junto com a cultura vem resolver algumas das principais questões que hoje afligem o homem do campo. O primeiro deles é completar todo o ciclo de 12 meses de plantio e aí, deputado José Natal, fixar, de uma vez por todas, no campo, a família, o filho do agricultor.

O segundo grande benefício que a invenção de Luiz Carlos Maximiano traz, é o da riqueza que vai ficar no próprio município, no próprio local. Hoje, por exemplo, se um agricultor usa por ano em seu trator ou nas suas máquinas agrícolas o óleo diesel, que é comprado normalmente num posto de gasolina, no município fica tão somente o lucro do dono do posto. Mas a parte maior, que é o óleo propriamente dito, o valor maior do óleo comprado, evidentemente, não fica no município. Ele vai para o distribuidor, vai para as refinarias, enfim, vai para as grandes empresas com poderio econômico muito grande.

Mas no caso da produção do biodiesel a partir do girassol, acontece exatamente o contrário. Da flor pode-se extrair o mel, a torta pode servir de alimento para o gado, da semente vai ser extraído o biodiesel.

Deputado José Natal, se o agricultor usar a máquina que foi inventada pelo meu amigo Maximiano, ele estará produzindo na sua própria terra o óleo que vai consumir durante o ano inteiro para movimentar as máquinas da sua propriedade. Ora, se ele gastava na compra do óleo diesel cerca de R\$ 2 mil por ano, dinheiro esse que iria para fora do município, essa quantia vai ficar exatamente gerando riqueza e renda no próprio município, não irá para fora. Isso faz com que seu município tenha a economia alavancada, faz com que o município possa ter mais renda, mais emprego para a sua gente e evidentemente que isso traz solução para todos nós.

Da máquina que o extrai, o biodiesel, que tem como matéria-prima a semente do girassol, pode ser colocado diretamente no trator e dali o trator sai para trabalhar.

Há quase quatro anos Luiz Carlos Maximiano vem trabalhando em cima desse projeto que para nós, catarinenses, é muito importante, porque a maioria dos municípios de Santa Catarina tem população bem pequena e são constituídos por pequenas propriedades. Nós não temos grandes latifúndios em Santa Catarina. Por isso a importância do projeto de fabricação de mais máquinas para a extração do óleo a partir da semente do girassol.

E na sexta-feira, dia 24, quando lá estava na companhia do eminente deputado Reno Caramori, iniciou-se o plantio do girassol. Previa-se inicialmente fazer a plantação e ocupar o espaço de cerca de 50 hectares. Mas como todo projeto novo sempre apresenta um ou outro problema, a comissão organizadora, junto com as autoridades do município...

E aqui quero fazer um elogio ao prefeito Moacir, que muito apoio tem dado ao projeto não só do plantio, mas, sobretudo, também à máquina, e dizer que 30 hectares para este ano será o suficiente para dar uma grande alavancada aos agricultores que hoje já estão se engajando no processo do plantio de girassol.

Eu quero aqui, deputado Manoel Mota, e vou fazê-lo amanhã por intermédio de documento que apresentarei em plenário, pedir que o poder público estadual também se engaje no processo de implantação de fabricação de máquina para extrair o óleo biodiesel a partir do girassol, e fazer com que Santa Catarina possa, mais uma vez, despontar no cenário nacional e ter gente nossa trabalhando pela nossa gente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrição para falar o deputado Manoel Mota, líder do PMDB, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, visitantes que nos dão a honra de prestigiar o Parlamento catarinense, quero aqui com muita honra registrar nos anais da nossa Casa a presença de dois grandes líderes de Sombrio, da minha terra, cidade vizinha de Araranguá, que são os vereadores Manoel Gomes Custódio, do PMDB, e Celso Rogério de Souza, do PDT. São duas lideranças incontestáveis que se deslocam para Florianópolis para buscar encaminhamento para o seu município, buscar aprendizagem, questionar e buscar alternativa. O Parlamento catarinense quer cumprimentá-los e agradecer pela participação e pelo trabalho que v.exas. desenvolvem naquela querida cidade de Sombrio.

Quero dizer que amanhã será um dia memorável, um dia importante. Dizem que as nossas obras estão só na imaginação, que as obras de Santa Catarina estão só na imaginação, mas amanhã, s.exa. o governador do estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, estará na minha região, no Vale do Araranguá. Às 14h30min estaremos entregando à comunidade de Passo de Torres uma obra de mais de R\$ 2 bilhões, que há 20 anos estava sendo aguardada. Entra e sai governo, mas finalmente o governo do Luiz Henrique, com a sua sensibilidade, com a descentralização, realiza através da Casan o sonho daquele povo, que é ter água encanada. Então, amanhã nós entregaremos essa obra à comunidade de Passo de Torres, que há alguns meses tinha esse sonho.

Estivemos com o governo do estado entregando a ponte que alguns parlamentares aqui disseram que não tinha nem a viga. Aqueles que não enxergam devem comprar uma luneta para enxergar melhor as obras. O deputado Professor Grando deu a honra de estar presente no dia da inauguração da ponte de Passo de Torres.

E amanhã nós iremos entregar água encanada a Passo de Torres, professor Grando. Uma obra de mais de R\$ 2 bilhões, às 14h30min. Amanhã também, às 17h, estaremos num dos municípios da minha região, em uma cidade chamada Morro Grande para entregar um super posto de saúde para a comunidade de Nova Roma, num convênio do governo do estado com a prefeitura municipal. Aquela comunidade estava esperando há muito tempo receber um posto de saúde ampliado, quase um mini hospital. Quem ganhou? A população! Quem participou? O governo do estado e a prefeitura municipal.

Alguns dizem aqui que as nossas obras só existem na nossa imaginação e em sonho. Por isso estamos mostrando aqui que esses sonhos nós estamos realizando, porque são sonhos perdidos de alguns anos, que os governos deles não realizaram, mas que agora estamos fazendo.

Às 19h estaremos dando uma grande alegria a Araranguá e v.exa., deputado Professor Grando, participou do encontro da SCGás com o Conselho de Desenvolvimento Regional, quando pedimos para ser implantado o gás. V.Exa. lembra quando disseram que era impossível porque não há retorno e a SCGás é uma empresa público-privada, tem recurso privado e por isso precisa ter retorno. E eu disse naquele meu pronunciamento que o governo tomaria uma decisão política, e tomou. Amanhã, às 19h, meu caro presidente, o governo e o presidente da SCGás, meu amigo Ivan Ranzolin, irão assinar o edital da obra do gás em Araranguá.

Nós, evidentemente, amanhã, iremos, com os vereadores, com o presidente da Associação Comercial de Sombrio, porque o de Araranguá estará lá com os empresários, começar um grande movimento para levarmos o gás para Sombrio. É o desenvolvimento da região. É o governo que tem compromisso com toda Santa Catarina. É o governo que tem as secretarias de Desenvolvimento e os conselhos, que lutam por essa peça que é fundamental para trazer para a nossa região a geração de emprego e renda para melhorar a qualidade de vida do nosso povo.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não! Eu ouço com muita honra o eminente deputado José Natal, que com certeza vai trazer um brilho ainda maior para o meu pronunciamento.

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Manoel Mota, eu estava nesta Casa menos de 20 dias quando recebi o convite da equipe do governo do estado para a inauguração da ponte de Passo de Torres, que eu não conhecia. Eu comentei aqui que em muito tempo de política não havia visto na inauguração de uma obra tanta gente prestigiando.

Eu quero complementar dizendo que naquela manhã festiva, como é natural acontecer, o prefeito pediu um suporte financeiro ao governador para conclusão ou para implantação do serviço de água. E o governador no palanque prometeu. Eu vi alguns fuxiqueiros, aqueles que estão sempre torcendo contra, como v.exa. às vezes coloca com muita propriedade, dizendo que o governador não iria ajudar, porque já havia ajudado.

Então, com muita alegria, eu vejo aqui v.exa. colocando que o governador vai amanhã inaugurar a rede de água na divisa do Rio Grande do Sul, em Passo de Torres, que eu não conhecia.

A ação pública deve ser feita desta maneira, prometendo e cumprindo. É assim que Santa Catarina é administrada atualmente, e com certeza o será até o final do mandato de Luiz Henrique, Pavan e sua equipe de governo, é claro.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero agradecer o seu aparte, incorporá-lo ao meu pronunciamento e fazer o convite a v.exa. para amanhã, às 19h, estar presente a esse grande ato da SCGás, a assinatura desse convênio.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Deputado Manoel Mota, quero que v.exa. leve um abraço ao nosso prefeito Alemão, de Passo de Torres, e dizer que essa ponte já está fazendo com que Torres comece a vir para Santa Catarina. Com certeza com aquela estrada, pelos grandes investimentos entre Passo de Torres e Balneário Gaivota, haverá uma nova região de desenvolvimento em Santa Catarina.

Também em Morro Grande, com o acesso asfaltado, com a fábrica de corte que lá foi implantada, com o frigorífico gerando empregos para a juventude, com a assistência à saúde e agora com o gás, que nós, inclusive, defendemos, porque em Araranguá, por ser plano, sairia muito mais barato levar o gás, que poderia ser utilizado nos veículos, nas residências e nas indústrias. E com certeza irá para Sombrio também, que se está desenvolvendo muito bem. Então, as olarias, as cerâmicas que precisam do gás terão uma melhora na qualidade para exportação.

Parabéns à sua região!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero incorporar o seu aparte, deputado Professor Grando, ao meu pronunciamento e dizer que é assim que nós trabalhamos. Por isso a Oposição entra no desespero atacando, encontrando coisas que não existem para tentar diminuir o governo. Um governo comprometido com a sociedade, realizador, competente, com um governador honesto. Por isso nos orgulhamos em defendê-lo no Parlamento catarinense. É assim que nós trabalhamos, buscando resultados para a população de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edson Piriquito, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que estão na Assembléia Legislativa, pessoas que nos assistem através da TVAL, as que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital, a minha saudação.

Eu, atentamente ouvindo os pronunciamentos, volto a entender a forma como é trazida a esta Casa a estratégia na busca da desestabilização, da desconstrução de tudo o que é feito de bom pelo governo do estado.

É claro que sempre atentamos para as dificuldades, para as deficiências que toda estrutura governamental tem, mas a forma como alguns deputados atuam nesta Casa na busca de confundir a comunidade catarinense e na busca também do prestígio eleitoral não está correta.

Falou-se muito aqui na Assembléia Legislativa, deputado José Natal, sobre a questão do Fundo Social. Diziam que o Fundo Social era um engodo, que não era legal, que tinha sido uma manobra do governador Luiz Henrique da Silveira para retirar a verba da saúde e da educação e fazer o que bem entendesse com o dinheiro, o que seria totalmente ilícito. Foi comprovado agora na última semana, quando o Tribunal de Justiça de Santa Catarina aprovou o Fundo Social.

Mas é bom que a comunidade catarinense saiba que o trabalho que foi feito pelo PP, pelos oposicionistas desta Casa, fez com que o governo do estado deixasse de arrecadar algo em torno de R\$ 50 milhões por mês no Fundo Social. A Adin - Ação Direta de Inconstitucionalidade, promovida por eles, fez com que os empresários de Santa Catarina, inclusive a Petrobras, não repassassem os recursos ao Fundo Social. E ao invés de arrecadarmos aquilo que era possível, previsto e necessário para conseguir fazer obras por todo o estado catarinense, esse valor de R\$ 50 milhões ficou reduzido a somente R\$ 8 milhões por mês. Quer dizer que além de mentirem para a comunidade, além de distorcerem toda a natureza jurídica da criação do Fundo Social, ainda fomentavam aqui que era uma estratégia contra o povo catarinense.

Vejam bem: quem foi contra o povo catarinense? Aquele que quis promover obras por todo o estado e que criou mais uma ferramenta que dá uma dinâmica maior na aplicação dos recursos estaduais, ou aqueles que tentaram impedir e denegriam, impediram de todas as maneiras que o Fundo recebesse os investimentos possíveis?

Então, vejam bem: R\$ 42 milhões por mês foram impedidos de ir para o Fundo Social. Multipliquem pelos meses desses impedimentos e vejam quanto o estado de Santa Catarina ficou para trás. E daí se compreende por que algumas deficiências, deputado Manoel Mota, existem.

Essa não é a forma que nós queremos discutir em Santa Catarina. Mas quando eles vêm ao plenário, como fizeram hoje com essa suposta denúncia do Ministério Público lá em Joinville, com esse indicio de denúncia... E nem se sabe ainda quem é o culpado, quem não é o culpado e se existe o culpado. Primeiro, o deputado que veio aqui trazer mais essa notícia não sabe nem se foi num evento que teve mais de três mil pessoas na cidade dele. Quer dizer, vejam só a responsabilidade que ele tem no prestar a informação ao povo catarinense.

E as pessoas que estão a distância, as pessoas que não nos conhecem, no que elas acabam acreditando? Naquilo que é dito. E a mentira, quando é dita e não é desmentida, ela se torna verdade. Mas hoje, brilhantemente, diversos deputados desmentiram em plenário aquele que é um entusiasta, como bem foi dito aqui, que se não fosse deputado poderia ser um ator, devido ao poder de eloquência que tem e como ele utiliza desse poder para confundir a mente do povo catarinense.

Mas o que quero dizer é da minha felicidade com a aprovação do Fundo Social. Por quê? Porque na cidade que eu represento, na minha cidade de origem, Balneário Camboriú, temos diversos anseios. E o governo do estado, na pessoa do governador Luiz Henrique da Silveira, andou assumindo algumas bandeiras que são totalmente necessárias para a nossa cidade.

Eu, na condição de deputado vice-líder da bancada do PMDB e deputado governista, venho aqui a público dizer a todo povo catarinense e ao povo da minha cidade que passo agora, com esse novo momento que nós vamos viver, a cobrar do governador a realização das obras que necessitamos.

O Hospital Regional na região da Amfri é uma bandeira antiga, uma luta tremenda que temos e que tem que ser resgatada. Como vamos ter os recursos, agora é a hora de entrarmos novamente com essa luta.

Falo também da construção do presídio de Balneário Camboriú, deputado Manoel Mota, que hoje temos no centro da cidade um presídio com mais de 300 detentos e que tem capacidade para 90. Quer dizer que é inadmissível que venhamos a permitir que continue a ficar assim.

Nós temos a necessidade da construção do nosso centreventos lá no Parque da Santur, o que já foi tema aqui de muitas discussões. E queremos agora aproveitar essa situação do Fundo Social para que lá no Parque da Santur consigamos transformar a realidade econômica de toda a nossa região, e não-somente de Balneário Camboriú, fomentando o desenvolvimento do turismo num projeto turístico ambiental, num projeto econômico e cultural, porque também estamos prevendo a construção de um teatro, enfim, de um grande complexo que pode ser construído na região do Parque da Santur.

Agora chegou a hora de batermos de frente na falta de segurança na nossa região. Não é possível que uma cidade como Balneário Camboriú fique refém das situações como ela está em plena luz do dia. De tantos assaltos, deputado Manoel Mota, o meu povo está aflito. E hoje eu transmito a aflição dele. Ao andar nas ruas, eu recebo os comentários de como está a situação naquela bela e maravilhosa cidade.

Nós vamos agir mais fortemente para que consigamos transformar positivamente o desenvolvimento da nossa região, como nós queremos o desenvolvimento por todo o estado de Santa Catarina. Mas nós queremos, sim, fazer com que a nossa região seja beneficiada como a sua está sendo, devido ao grande trabalho que v.exa. tem feito aqui no decorrer dos seus cinco mandatos.

Eu creio que o povo escolha o seu representante para que ele venha aqui fazer o seu papel e posiciona-se de acordo com o compromisso que tem, governo ou Oposição, mas que ele defenda, principalmente, a realização das ações na sua região. E agora vamos passar a agir fortemente na cobrança

da realização das obras, do atendimento e da atenção do governo do estado na nossa região. Queremos transformar, de uma forma positiva, toda a região que é compreendida por 11 municípios, que é a região da Amfri.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero parabenizar v.exa. e dizer da sua coerência, pois luta pelo bem-estar da sociedade.

Lutaram para ver se conseguiam fazer com que o Fundo Social fosse inconstitucional, mas ele foi aprovado. Isso mostra que o governo tem os pés no chão e mandou um projeto para que ficasse consolidado um direito de poder atender a área social, como é a questão das Apaes, em que 1% é repassado para elas.

Hoje estive com o Conselho do Idoso de Santa Catarina, que pediu R\$ 1,00 para cada idoso. São 500 mil idosos e, portanto, precisam de R\$ 500 mil por mês. Levantaram o que está sendo feito para os idosos em Santa Catarina, na questão dos centros de multiuso para idosos, e viram que o valor ultrapassa isso. E o Conselho saiu feliz e realizado, porque o investimento está sendo feito na área.

Por isso quero cumprimentar e parabenizar v.exa. pela sua coerência e atuação. Temos certeza de que no ano que vem vamos perdê-lo porque vai se eleger, evidentemente, prefeito, mas ganhará o povo.

Quero pedir que depois a sessão seja encerrada porque é visível a falta de quórum.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Agradeço o depoimento do deputado Manoel Mota e deixo um abraço a toda a população catarinense.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Pedida a verificação de quórum...

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - V.Exa. não vai me conceder a palavra em Explicação Pessoal, sr. presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Está sendo pedida a verificação de quórum.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Mas eu estava inscrito e v.exa. não me chamou. Eu estava aqui atrás...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Não! V.Exa. não estava no plenário.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Eu vou requerer a fita da gravação desde já porque quero ver se na fita v.exa. me chamou para usar da palavra. Eu estou inscrito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - V.Exa. não estava no plenário, deputado.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Eu estava aqui aguardando o chamamento! Eu vou requerer a fita. Se v.exa. me chamou, amanhã eu virei retirar as minhas palavras. Mas se não me chamou, eu vou requisitar à Mesa uma explicação do porquê de eu estar aqui atrás e v.exa. não ter-me chamado. E agora atende a um pedido do deputado Manoel Mota para encerrar a sessão.

Sr. presidente, ditadura, não! Apesar de eu ser chamado de filhote da ditadura, vou requerer à Mesa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Explico ao deputado Joares Ponticelli que não estava em plenário no momento da sua inscrição.

Comunicaremos a pauta da próxima sessão. De acordo com o art. 108 do Regimento Interno, a Presidência comunica que são as seguintes matérias destinadas para a Ordem do Dia da 65ª Sessão Ordinária do dia 29 de agosto de 2007: discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0029/2007; discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0300/2007; discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0303/2007; discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0343/2007; discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0120/2007; discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0174/2007; discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0177/2007; discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0235/2007; discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0318/2007; discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0356/2007.

Antes de encerrarmos a presente sessão, convocamos outra, solene, para hoje, às 19h, em comemoração aos três anos da unidade da Udesc em Balneário Camboriú.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 017ª SESSÃO SOLENE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2007 ÀS 19H PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

HOMENAGEM À UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC - E AO CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO - ESAG - PELOS TRÊS ANOS DE INSTALAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
SUMÁRIO

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Faz breve histórico da implantação do curso de Administração de Serviços Públicos pela Udesc/Esag em Balneário Camboriú.

LEANDRO DAMÁSIO - Representando a unidade de Florianópolis, afirma que só o

fato do curso existir e tornar-se referência de qualidade pode ser visto como conquista positiva geradora de oportunidades.

FELIPE DHAGOSTINI - Em nome da unidade de Balneário Camboriú, aborda a importância do ensino público, gratuito, inovador e crítico para formar cidadãos do futuro.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO CHEREM - Lembra a contribuição decisiva da classe política e de tantos quantos ajudaram na concretização do sonho de levar a Esag/Udesc para Balneário Camboriú.

REITOR EM EXERCÍCIO ARLINDO CARVALHO ROCHA - Saliencia a importância do governador Luiz Henrique e do prefeito Rubens Spernau na instalação da unidade da Udesc/Esag em Balneário Camboriú e ressalta que o próximo passo é a implantação de um *campus* da Udesc no município.

PREFEITO RUBENS SPERNAU - Enfatiza a importância do curso da Administração de Serviços Públicos para formar pessoal academicamente habitado para melhorar o setor público brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido o sr. deputado Edson Piriquito para conduzir à mesa as autoridades que serão nominadas para compô-la:

Excelentíssimo deputado estadual e secretário da Saúde, Luiz Eduardo Cherem;

Excelentíssimo sr. deputado Serafim Venzon, autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene;

Excelentíssimo sr. professor Arlindo Carvalho Rocha, magnífico reitor da Udesc, neste ato representando o sr. governador do estado de Santa Catarina, dr. Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssimo prefeito de Balneário Camboriú, sr. Rubens Spernau;

Excelentíssimas autoridades, sras. e srs. deputados, a presente sessão foi convocada por solicitação do sr. deputado Serafim Venzon, com a aquiescência dos demais deputados, em comemoração aos três anos de instalação do curso de Administração de Serviços Públicos da Udesc/Esag.

Convidamos todos para, de pé, ouvirmos o hino nacional, interpretado pelo coral da Assembléia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino nacional.)

(Palmas)

Solicito também que o deputado Professor Grando faça parte da mesa.

Convido o deputado Serafim Venzon, que é o proponente desta homenagem, para assumir a condução dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Teremos agora a apresentação de um vídeo institucional.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Muito obrigado!

Excelentíssimo sr. professor Arlindo Carvalho Rocha, magnífico reitor em exercício da Universidade Estadual de Santa Catarina - Udesc -, neste ato também representando o excelentíssimo sr. governador do estado de Santa Catarina, dr. Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssimo sr. deputado Luiz Eduardo Cherem, secretário de estado da Saúde;

Excelentíssimo sr. Rubens Spernau, prefeito municipal de Balneário Camboriú;

Excelentíssimo sr. deputado Edson Piriquito;

Excelentíssimo sr. deputado Professor Grando.

(Passa a ler.)

"O curso de Administração de Serviços Públicos foi aprovado pelo Conselho Universitário em 25 de março de 2004 e pertence ao Centro de Ciências da Administração - Esag -, da Fundação Universitária do Estado de Santa Catarina - Udesc.

No seu terceiro ano de funcionamento, conta com professores de diversas áreas de formação que ministram aulas, desenvolvem pesquisa e extensão. Hoje, são mais de 560 alunos e quase 30 professores.

O curso foi implantado aqui em Florianópolis e funciona agora também em Balneário Camboriú, em instalações cedidas pela prefeitura municipal, através do convênio entre a prefeitura e a Udesc.

Desde os seus primórdios, a escola tem-se dedicado à formação de administradores públicos, promovendo a formação de administradores aptos, éticos, reflexivos e conscientes de seu papel social como agentes de mudança, comprometidos com a formação e com a transformação da comunidade por meio de mecanismos que envolvem o estado, as empresas socialmente responsáveis e a sociedade civil organizada.

O administrador público deve atuar de forma ética, consciente e criativa junto à sociedade, estudando e respeitando suas demandas, investindo nas potencialidades comunitárias e disseminando a consciência da preservação e da atuação voltada à construção do bem comum. Hoje, o bom administrador será tão melhor quanto mais apto for para exercer as atividades que o computador não faz, como planejar uma estratégia, liderar pessoas e processos.

Mais do que *know-how*, o administrador do século XXI tem que ser um *expert*, pois somente entendendo o porquê das coisas é que vai conseguir destacar-se neste novo paradigma, porém deve entender que a mudança de paradigma não é revolucionária. Não é o caso de combater o conhecimento anteriormente conquistado, mas simplesmente acrescentar-lhe novas abordagens.

É justo que a administração continue com sua busca pragmática pela eficiência dos processos, mas também deve atentar para o entendimento da mecânica do comportamento do ambiente em que está inserida. Seu maior desafio será contribuir para a construção de uma organização baseada na aprendizagem como um processo contínuo de renovação e transformação.

Vejamos, o administrador trabalha com pessoas de diferentes raças, de diferentes temperamentos, de diferentes classes sociais, razão pela qual tem que ser um pouco sociólogo. Aliás, sua principal matéria-prima são as pessoas. Assim, tem que ter empatia, tem que saber trabalhar com as emoções, ou seja, tem que ser, de certo modo, bastante psicólogo.

A língua mãe de qualquer organização são os números e quem fornece esses números são os relatórios da contabilidade. Assim, o administrador tem que entender de contabilidade e poder interpretar e avaliar o desempenho de sua organização.

Conflitos é que não faltam dentro das empresas, conflitos trabalhistas, conflitos comerciais, conflitos tributários. Enfim, tem que exercer algumas vezes o papel de advogado, tem que entender de direito e ainda tem que ser um sujeito bem informado, consciente de que toda informação é um produto perecível, com data de validade. Assim, tem que ser experto para guardá-la e usá-la no momento adequado, caso contrário, corre o risco de ter um produto com prazo de validade vencido e que não tem mais nenhum valor estratégico.

Ele deve, ainda, entender de informática, de mercado, de produção, de logística, de finanças, de orçamento, enfim, o administrador moderno tem que ser administrador.

Diante desses paradigmas, podemos concluir que para o administrador moderno não basta saber de tudo um pouco, tem que saber de tudo muito e para isso dever procurar, não apenas aprender de tudo um pouco, mas aprender de tudo muito."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Quero registrar, também, a presença honrosa da professora Clerilei Bear, diretora de Extensão, neste ato representando o professor Rubens Araújo, diretor-geral da Esag.

Convido o aluno Leandro Damásio, de Florianópolis, da 7ª série do curso de Administração de Serviços Públicos, para fazer uso da palavra.

O SR. LEANDRO DAMÁSIO - (Passa a ler.)

"Caros colegas, sr. presidente e srs. deputados, bastou o primeiro olhar sobre a Escola de Administração da Udesc para entender as sentimentalidades do verso que li certa vez: 'Como é profunda a idéia do futuro', brilhantes palavras eternizadas por nosso ilustre poeta Cruz e Sousa.

A essas profundezas reservei meus próximos minutos. Ao passado, amigo passado, reservei meu carinho e atenção, e confesso-lhes minha dedicação, nesses três anos da Escola Superior de Administração e Gerência - nossa querida Esag, responsável pela formação de grandes nomes do meio empresarial catarinense.

Eis que hoje seu desafio é maior, porquanto iniciara atividades de ensino para o setor público. E 40 anos de tradição, senhores, certificam a credibilidade desta empreitada.

Lembro-me muito bem das palavras proferidas pelo nosso mestre, professor Salm, sendo enfático: 'Olhem para fora da janela e verão cidadãos produzindo o bem público'. Hoje me é claro tamanho significado.

Srs. deputados, não pensem que isso é profecia, mas os vindouros anos revelarão um estado que não mais precisa produzir todos os serviços públicos. Para tanto, basta que ele ajude, facilite as coisas, para que os próprios cidadãos façam acontecer.

Quando iremos perceber a rede de cidadãos e organizações que já realizam estado afora? A resposta é simples: recuperando a cidadania. A universidade, às vezes, antecipa a história com conceitos. No entanto, nós, administradores públicos, carregamos o fado de sermos eminentemente práticos.

Vamos, então, não apenas colocar nossas caras na janela, mas atravessar as organizações para viver a cidadania. Antigos paradigmas já ficaram para trás. O governo está mais eletrônico do que podemos imaginar, o cidadão está mais participativo do que podemos imaginar. Se depender dos futuros administradores públicos, o governo será mais transparente, participativo e muito mais eficiente.

Santa Catarina já possui uma escola de excelência formando lideranças para co-produzir o bem público. Toda essa mudança é irreversível. A cada semestre uma nova turma de multiplicadores de soluções está deixando a universidade para enfrentar este mundo.

É preciso que as futuras gerações julguem política e não emocionalmente a trajetória dos novos administradores públicos, porque essa isenção não somos capazes de ter."

Hoje eu estou vendo alunos do curso de Administração Pública sentados nas cadeiras do plenário da Assembléia Legislativa e no futuro, srs. deputados, sem dúvida verão muito e muito mais disso.

Agradeço, sr. presidente!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Convido agora o aluno Felipe Dhagostini, aluno da 7ª série do curso de Administração de Serviços Públicos, representando os estudantes de Balneário Camboriú, para fazer uso da palavra.

O SR. FELIPE DHAGOSTINI - Sr. deputado Serafim Venzon, em seu nome cumprimento todos os membros da mesa;

Sr. reitor em exercício, e em seu nome cumprimento todas as autoridades do Poder Executivo;

Sra. professora Maria Ester Menegasso;

Dr. Helvion Ribeiro, presidente do Movimento Voluntário pela Universidade Pública, e em seu nome cumprimento a universidade e a comunidade em geral.

(Passa a ler.)

"Boa-noite a todos!

Para todos nós, o dia de hoje é de comemoração. Com absoluta certeza, temos grandes motivos para estar felizes após três anos de grandes conquistas e feitos realizados. Não devemos somente nos alegrar pelas conquistas em si, mas, principalmente, de como chegamos até elas e das pessoas que por elas trabalharam.

Aqui presentes estão membros do Movup, Movimento Voluntário pela Universidade Pública, no qual, seu presidente, dr. Helvion Ribeiro, teve fundamental importância para a concretização do ensino superior público, gratuito e de qualidade em Balneário Camboriú; Rodrigo Abella, primeiro presidente do Caasp, que luta incansavelmente pela manutenção de nossa unidade universitária e pela construção do *campus* de Balneário Camboriú. Cidadãos como o dr. Helvion e o revolucionário Rodrigo, com iniciativas como as deles, fazem-nos crer que podemos fazer o país do futuro tornar-se o Brasil do presente.

Estamos comemorando. Fazemos isso hoje graças aos visionários que dentro da Udesc conseguiram apostar em um curso de vanguarda e fizeram a Esag resgatar sua origem pública. Não é só um curso inovador porque prega um novo modelo de governança pública, é inovador porque enaltece a figura de um cidadão participativo.

Em um país onde muito se critica e pouco se faz, o curso traz o espírito de construção, de democracia, de consenso e de um cidadão reflexivo e contrapõe-se à cultura passiva e messiânica em que ainda se aguarda o 'Sassá Mutema', aquele grande personagem conhecido como o salvador da pátria. Para se pressupor co-produção e co-responsabilidade, é necessário um novo cidadão, disposto a dialogar, interessado no coletivo e comprometido com o bem público.

Nos últimos meses, em função de agendas do movimento estudantil, percorri diversas universidades que são referência em nosso país, entre elas a Fundação Getúlio Vargas, a Universidade de São Paulo e, recentemente, a Universidade de Brasília. Não encontrei tantos jovens com disposição e capacidade para fazer as mudanças acontecerem como os daqui de Santa Catarina.

É nossa obrigação disseminar esse espírito que cultivamos dentro de nossa casa, é nossa obrigação transpor os paradigmas que não fazem mais sentido, é nossa obrigação dar o retorno que a sociedade tanto espera de nós. Devemos continuar semeando nossas idéias cotidianamente em nossas relações e nas organizações das quais fazemos parte, pois é a única forma de que as próximas colheitas sejam melhores do que essa.

Entretanto, não podemos esquecer dos homens públicos que respaldaram todas essas idéias e apostaram neste sonho, o deputado estadual e secretário da Saúde Dado Cherem, o prefeito Rubens Spornau, de Balneário Camboriú, e o presidente da Fapesc, professor Diomário de Queiroz, que à época da criação do curso em Balneário Camboriú era reitor da nossa universidade.

Comemoramos esses três anos do princípio de uma grande transformação não somente em nossa amada Santa Catarina, mas em toda a nossa nação. Apesar de ser um dia festivo, sinto um aperto em meu coração. Como podemos comemorar algo e entregar homenagens se ainda temos milhões de compatriotas, nossos irmãos, sofrendo os flagelos da fome, da ignorância e do descaso? Sei que passa pelos corações de todos vocês, meus colegas, o mesmo sentimento.

Como futuros administradores públicos, cabe-nos o compromisso de mudar essa realidade. Essa mudança deve começar hoje, com nossas atitudes e ações diárias. O Brasil não pode mais esperar. Eu convoco não somente os meus colegas, mas todos aqui a participarem dessa mudança que precisamos tão urgentemente. Trabalhem todos pela construção de uma democracia da qual tenhamos orgulho.

Espero que nos encontremos novamente em um futuro não muito distante para comemorarmos novas conquistas. Façamos com que a posteridade lembre do nosso tempo como a época em que se inaugurou um novo período na história e que sejamos lembrados como a geração que fez o futuro acontecer.

De coração, muito obrigado a todos vocês, que estão compartilhando este momento conosco!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Eu gostaria de convidar novamente o Leandro para fazer a entrega de uma placa ao deputado Julio Garcia. Em seu nome a homenagem será entregue ao deputado Serafim Venzon.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Convido agora o deputado Dado Cherem, secretário de estado da Saúde, para fazer uso da palavra.

O SR. SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO CHEREM - Boa-noite a todas as senhoras e os senhores presentes.

Quero iniciar cumprimentando o deputado que ora conduz esta sessão, proponente desta solene, meu conterrâneo, deputado Serafim Venzon. Em meu nome e, com certeza, em nome do prefeito Rubens Spornau quero agradecer a lembrança de fazer esta homenagem tão merecida à nossa querida Udesc.

Também quero aqui saudar o professor Arlindo Carvalho Rocha, reitor em exercício, que neste ato representa o governador do estado, e dizer que hoje, com certeza, para todos nós, da nossa região de Balneário Camboriú, e, por que não dizer, do ensino público, é um dia de muita alegria por essa homenagem singela, mas de extrema importância para o ensino de Santa Catarina.

Faço uma saudação toda especial ao prefeito de Balneário Camboriú, o nosso querido Rubens Spornau, que não mediu esforços para que esse sonho se materializasse de uma maneira tão rápida e tão concreta.

Quero aqui saudar também o meu colega, deputado Edson Piriquito, que, não tenho dúvida, se naquele momento do ano de 2003 aqui nesta Casa estivesse, estaria participando desse movimento da universidade pública e gratuita. Mas quero, desde já, convidar o deputado para que também se some aos esforços para que possamos dar continuidade a esse tão importante projeto de ensino público.

Quero fazer uma saudação também toda especial ao nosso deputado Professor Grando. Ele não gosta que eu fale isso, pois diz que eu o chamarei de velho. Mas o deputado Professor Grando foi meu professor de física, quando eu fazia o cursinho aqui em Florianópolis, no antigo Cepu, na rua Esteves Júnior, e depois no cursinho do Colégio Barddal.

Eu tenho uma lembrança, uma passagem muito boa do deputado Professor Grando, porque nós vivíamos naquele período, ano de 1967, um estado de exceção. Todo mundo sabe que vivíamos um momento político muito difícil e a primeira vez que alguém me falou alguma coisa real sobre o que estava acontecendo no Brasil, por incrível que pareça, foi em uma aula de física e foi o deputado Professor Grando, que falou aos alunos sobre aquele momento, colocando-nos a realidade da situação que o país passava.

Então, tenho um carinho muito grande por ele e hoje o destino nos coloca juntos no Parlamento catarinense.

Mas eu estava ouvindo a manifestação do professor José Francisco Salm e da professora Maria Ester Menegasso e começou passar um filme na minha mente sobre a implantação do curso de Administração Pública no município de Balneário Camboriú.

Eu me lembrei de um dia, quando estava sentado na minha cadeira de secretário da Saúde do município de Balneário Camboriú, e o professor Helvion Ribeiro, com quem tive o prazer de trabalhar em Blumenau, em 1984, trouxe-me um abaixo-assinado com algumas idéias, no sentido de aproveitarmos aquele momento e lutarmos pelo ensino gratuito no município de Balneário Camboriú, nossa região.

Pela função que eu ocupava e pela ligação que tinha com o prefeito Leonel Pavan e o vice-prefeito Rubens Spornau, na época coloquei-me à disposição, porque eu sabia da sua determinação e coragem de levar aquele movimento adiante, mas como homem público via a distância, aquela ponte tão grande para conseguirmos chegar ao momento que vivemos hoje.

Quis o destino que no ano de 2002 o professor Helvion Ribeiro desse continuidade a esse movimento. Eu me candidatei a deputado estadual, Leonel Pavan foi candidato ao Senado e Luiz Henrique da Silveira candidato a governador. Naquele momento houve uma conjunção astral; elegemo-nos e aquela ponte começou a encurtar, o caminho começou a encurtar.

Em 2003 tive a felicidade de ver ser nomeado secretário de estado da Educação o professor Jacó Anderle, companheiro de muitos anos de luta partidária e meu grande amigo. A Udesc, num determinado período, viveu um momento administrativo difícil. Foi para lá, então, o nosso eterno reitor, professor Diomário de Queiroz, assumir a instituição naquele momento de crise, um momento muito difícil.

Fui, então, procurar o professor Jacó Anderle, que me encaminhou ao professor Diomário de Queiroz, a quem levei o nosso pleito daquele momento, que era a instalação de um *campus* da Udesc em Balneário Camboriú. Se não me engano, acho que a idéia foi do professor Diomário de Queiroz - e não quero aqui ser injusto. Ou foi dele ou do professor Amilton Giacomo Tomasi a idéia, na época. "Não vamos levar um *campus* neste momento, porque é difícil financeiramente, mas vamos começar com um curso. Começando com um curso, atrás vem o *campus* universitário".

Tive a felicidade, naquele momento, de reencontrar um grande amigo do meu pai e da minha mãe, conseqüentemente da nossa família, que era o professor Amilton Tomasi, que se colocou à disposição para lutar e trabalhar por esse curso em Balneário Camboriú. Conheci também o reitor Anselmo, que deu continuidade a esses encaminhamentos todos, e hoje é realidade, prefeito Rubens Spernau, esse curso em nosso município, depois de vencidas todas as etapas.

Mas tenho que fazer justiça e de todos os agentes políticos que citei, gostaria de mencionar duas pessoas que não estão aqui hoje, dr. Helvion Ribeiro, que são o pastor Vadinho Thé, da comunidade luterana de Balneário Camboriú, onde muitas e muitas vezes fizemos a reunião de engajamento desse curso, e o nosso querido e saudoso presidente da Câmara Municipal de Balneário Camboriú, vereador Antônio Santa, que com certeza estaria hoje aqui, porque se engajou e muito lutou para conquistarmos essa grande obra social de cidadania, que é a Udesc dentro de Balneário Camboriú.

Quero dizer a todos os alunos e professores aqui presentes que ocupo, hoje, a função de gestor de saúde pública, talvez uma das mais difíceis de qualquer governo, seja no âmbito municipal, estadual ou federal. O deputado Serafim Venzon, que é médico, sabe o quanto é difícil gerir uma pasta como a da Saúde e vocês têm acompanhado todos os dias as notícias.

Sempre digo que a saúde tem um componente totalmente diferente de uma empresa privada ou mesmo pública, porque além de termos que equilibrar a receita e a despesa, há um componente ético acima disso, que é salvar a vida, e a vida não tem preço. Por isso, mais do que nunca se exige de um administrador público, hoje, a capacitação profissional na sua formação acadêmica. Não se aceita mais que um diretor de hospital, que alguém que administra uma unidade de saúde não tenha conhecimento acadêmico, não tenha o conhecimento científico da teoria, porque vivência, na prática do dia-a-dia, as dificuldades de ser gestor.

Quando assumimos em 2003/2004, a primeira coisa que exigimos dos administradores dos hospitais foi que fizéssem um curso de capacitação em gestão hospitalar em função das demandas que teriam pela frente. Todos vocês, não tenho dúvida, caminham para a administração pública, pois cada vez mais a sociedade exige respostas profissionais de todos nós.

O prefeito me disse agora que novamente colocou à disposição da Udesc e do governo do estado o terreno para construirmos a nossa tão sonhada faculdade ou uma extensão da Udesc, no município de Balneário Camboriú.

Estaremos, no dia 11 de setembro, se não me engano, e quero convidar os deputados Serafim Venzon e Edson Piriquito, assim como o vice-governador Leonel Pavan, numa audiência na Udesc, para tentarmos incluir no orçamento mais recursos para, o mais rápido possível, construirmos esta obra tão importante, que eu digo que não é uma obra de educação e sim de cidadania, e realizarmos este sonho que começamos em 2001.

Minha manifestação é esta. Quero deixar um forte abraço a todos vocês.

Naquele período tínhamos um senador, um deputado estadual de Balneário Camboriú e uma conjuntura de forças políticas na cidade. Hoje temos os deputados Edson Piriquito e Serafim Venzon, que conduz os trabalhos desta sessão, o governador e o vice e todos juntos iremos ajudá-los a diminuir, cada vez mais, essa ponte.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Graças à articulação política das lideranças citadas pelo deputado Dado Cherem estamos incluindo no PPA e, seguramente, no Orçamento do ano que vem a verba para iniciar a construção daquela obra, conforme o pedido da comunidade universitária de Balneário Camboriú.

(Palmas)

Neste momento convidamos a jornalista Maria Helena para proceder à nominata dos homenageados.

A SRA. JORNALISTA MARIA HELENA - Boa-noite a todos!

Esta sessão solene é em homenagem à Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc - e ao Centro de Ciências da Administração - Esag -, pelos três anos de instalação do curso de Administração de Serviços Públicos.

Neste momento, convidamos o sr. deputado Serafim Venzon para fazer a entrega, em nome deste Poder, de placa à Universidade do Estado de Santa Catarina pela passagem dos três anos de instalação do curso de Administração de Serviços Públicos, estabelecendo um significativo marco na disseminação da cultura, da ciência e do saber aos catarinenses.

Convidamos para receber a homenagem, em nome da Universidade do Estado de Santa Catarina, o magnífico reitor em exercício, professor Arlindo Carvalho Rocha.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Dando continuidade à solenidade, o Poder Legislativo presta homenagem às personalidades que muito contribuíram para a instalação do curso de Administração de Serviços Públicos da Esag/Udesc.

Convidamos novamente o sr. deputado Serafim Venzon para fazer a entrega da homenagem ao exmo. sr. governador Luiz Henrique da Silveira, do estado de Santa Catarina, que deu apoio à implantação do curso de Administração de Serviços Públicos, que nesta sessão solene está representado pelo magnífico reitor em exercício, professor Arlindo Carvalho Rocha.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Professor Grando para fazer a entrega da homenagem ao magnífico reitor em exercício, professor Arlindo Carvalho Rocha, que neste ato representa o magnífico reitor Anselmo Fábio de Moraes, que dá suporte ao desenvolvimento do curso de Administração de Serviços Públicos.

(Procede-se à entrega de medalha.)

(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Professor Grando para fazer a entrega da homenagem ao excelentíssimo sr. Rubens Spernau, prefeito de Balneário Camboriú, que realizou convênio com a Udesc para a implantação e manutenção do curso de Administração de Serviços Públicos.

(Procede-se à entrega de medalha.)

(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Professor Grando para fazer entrega da homenagem ao sr. secretário Luiz Eduardo Cherem, secretário de estado da Saúde, que foi o grande articulador político para a instalação da Udesc no município de Balneário Camboriú.

(Procede-se à entrega de medalha.)

(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Edson Piriquito para fazer a entrega da homenagem ao sr. Antônio Diomário de Queiroz, presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica de Santa Catarina - Fapesc -, que articulou a implantação do curso de Administração de Serviços Públicos em Balneário Camboriú.

(Procede-se à entrega de medalha.)

(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Edson Piriquito para fazer entrega da homenagem ao sr. Helvion Ribeiro, presidente do Movimento Voluntário pela Universidade Pública e Gratuita - Movup -, que iniciou a mobilização em prol da universidade pública para a região de Balneário Camboriú.

(Procede-se à entrega de medalha.)

(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Edson Piriquito para fazer entrega da homenagem à professora Maria Ester Menegasso, representando todos os professores que operacionalizaram a implantação do curso de Administração de Serviços Públicos.

(Procede-se à entrega de medalha.)

(Palmas)

A Assembléia Legislativa, através do coral deste Poder, homenageia todos com a música *Andar do caboclo*, do folclore catarinense, arranjo de Carlos Besen, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação da música.)

(Palmas)

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Convido o magnífico reitor em exercício, professor Arlindo Carvalho Rocha, para fazer uso da palavra em nome dos homenageados.

O SR. REITOR EM EXERCÍCIO ARLINDO CARVALHO ROCHA - Excelentíssimo sr. deputado Serafim Venzon, autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene, em nome de quem cumprimento as demais autoridades que compõem esta mesa;

Sras. deputadas, srs. deputados, professores, servidores, acadêmicos da Udesc, senhoras e senhores.

(Passa a ler.)

"Início estas breves palavras - que serão muito breves realmente, pois numa Casa de oradores, não sendo eu um bom orador, não me atrevo a atrair a ira de meus ouvintes, prolongando desnecessariamente a tortura de um longo discurso - para, inicialmente, em meu nome, em nome do magnífico reitor, professor Anselmo Fábio de Moraes, e em nome da Universidade do Estado de Santa Catarina, agradecer ao deputado Serafim Venzon e a esta Assembléia Legislativa a homenagem que nos prestam nesta oportunidade.

É com muito orgulho que aqui compareço, na qualidade de reitor em exercício da Udesc, para comemorar os três anos de instalação do curso de Administração de Serviços Públicos da Esag, que conta com turmas em Florianópolis e em Balneário Camboriú.

Mas o meu orgulho é muito maior por poder dirigir-me aos senhores e às senhoras não só como reitor em exercício da Udesc, mas, principalmente, como professor que sou desse curso.

Sempre fui um ferrenho defensor da instalação do curso Administração de Serviços Públicos na Esag, mas confesso - e é uma confidência apenas entre nós, pois se alguém disser que eu a fiz negarei peremptoriamente - em relação à instalação de uma turma do curso em Balneário Camboriú tinha muitas restrições e reservas e estava bastante cético sobre a viabilidade de tal proposta. Mas bastou um único semestre de aulas para que eu compreendesse o quão importante foi para a região e para a comunidade local a chagada da Udesc. E mais importante, bastou-me apenas iniciar o semestre

letivo como professor da primeira turma do curso para mudar radicalmente de opinião quanto aos resultados da decisão da universidade. Não só pela qualidade dos alunos e pelo empenho de cada um, mas, e principalmente, pelo engajamento que todos sempre demonstraram nos embates em defesa do curso, nas realizações em prol da comunidade e da própria universidade, e na luta pela consolidação da presença da Esag e da Udesc em Balneário Camboriú.

É de justiça reconhecer o empenho e o esforço conjunto da comunidade e da classe política para viabilizar a implantação do curso naquele município. Foi realmente um esforço coletivo e rendo aqui as minhas homenagens a todas as pessoas que, de alguma forma, colaboraram na sua concretização. E permito-me destacar, além dos já homenageados nesta sessão e entre muitos outros, apenas o apoio irrestrito do governador do estado, Luiz Henrique da Silveira, e os esforços do deputado Dado Cherem e do prefeito Rubens Spornau que, ao assinar, em julho de 2004, o termo de convênio entre o município e a Udesc e assumir integralmente os compromissos ali colocados, deu vida à presença da Udesc e ao curso de Administração de Serviços Públicos em Balneário Camboriú.

Mas perdoem-me os senhores e as senhoras, pois não quero falar do passado. Pretendo falar do futuro. Eu tenho um sonho. O sonho de ver essa semente lançada há três anos transformar-se em uma grande escola dedicada ao ensino e à pesquisa da Administração Pública, formando, capacitando e treinando o servidor público do estado de Santa Catarina e de seus municípios. Uma escola que possa vencer o desafio de resgatar a auto-estima do servidor público e fazer com que cada um colabore para a implementação de uma gestão pública ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão. Uma escola que projete o nosso estado como uma referência em temas de ponta da gestão pública, garantindo que seus alunos aprendam o que existe de mais moderno, inovador e relevante no campo da administração pública. Uma escola com alto padrão de qualidade, formuladora e disseminadora de conhecimento. Um espaço de reflexão e debate sobre a administração pública de Santa Catarina e do Brasil, que contribua para a recuperação do papel do estado na construção e implementação de um modelo de desenvolvimento economicamente sustentável e socialmente justo, principalmente. Enfim, um centro de referência capaz de inovar e irradiar, de prospectar novas e boas práticas de gestão da coisa pública e disseminar as novas competências requeridas no contexto atual e futuro da administração pública.

E felizmente este não é um sonho só meu. É um sonho de muitos de nós, quicá de todos nós. E fico feliz que assim seja, pois que muito mais fácil será realizá-lo.

Mas - e sempre há um 'mas' -, da mesma forma como dizem os aficionados por automobilismo, 'chegar é fácil, ultrapassar é outra história', aqui também sonhar é fácil, realizar é outra história. E realizar é outra história porque essa realização não depende de qualquer um de nós, individualmente, mas de todos nós, coletivamente. Depende do interesse e do apoio político e financeiro do estado, do município de Balneário Camboriú, da comunidade local e regional e da própria Udesc. Depende de partilharmos obrigações, tarefas e responsabilidades. Depende de conversar, negociar, endurecer e transigir. Mas depende, fundamentalmente, de realmente quererem realizar o nosso sonho. Está em nossas mãos construir o futuro da Udesc. Portanto, mãos à obra!"

Muito obrigado!
(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Em nome da direção dos trabalhos desta homenagem, quero pedir desculpas ao professor Francisco Gabriel Heidemann, que não foi citado ao nosso protocolo e por isso passou despercebido.

E ao pedir desculpas, também quero convidar o deputado Dado Cherem, que foi um dos articuladores políticos dentro da Assembléia Legislativa que, em 2003, conseguiu implantar a Udesc em Balneário Camboriú - e o professor Heidemann foi um dos grandes idealizadores, mesmo já sendo aposentado da Universidade Federal, mas não inativo -, para homenageá-lo, fazendo a entrega de uma placa.

(Procede-se à entrega da placa.)
(Palmas)

Na verdade a Udesc, como universidade estadual, acompanhou os governos nos seus desafios. A Udesc, além dos cursos regulares que faz - e agora há essa extensão -, no ano passado e no ano retrasado fez a maior formatura de todos os tempos e certamente a maior das Américas, quando formou mais de 16 mil professores em Pedagogia no ensino a distância. E o objetivo era justamente atender não a uma vontade da Udesc de ir para o *Guinness Book*, mas atender a uma exigência do governo federal que, através da LDB, obrigava que todos os professores que estivessem ministrando aulas a partir de 2007 tivessem a faculdade de Pedagogia.

A Udesc, como braço do governo, conseguiu atender a essa necessidade. Eu, naquela ocasião, tive a oportunidade, ouvindo o diretor e na condição de deputado federal, de liberar duas emendas de minha autoria, uma no valor de R\$ 1,6 milhão e outra de R\$ 1,8 milhão, totalizando R\$ 3,4 milhões para auxiliar a Udesc nesse curso.

Por isso que no ano passado acompanhei os reitores - o reitor Arlindo e o professor Diomário são testemunhas. Enfim, o reitor da universidade se revezava para ir a 55 lugares e passar o capelo em tantos formandos por todo o estado de Santa Catarina. Tenho certeza de que esse era o desafio do governo do estado, e a Udesc foi o nosso instrumento.

E agora a Udesc sai com um *campus* para fora de Florianópolis, implantando-se em outra cidade, a começar por Balneário Camboriú.

Por isso agora convido o prefeito Rubens Spornau, aquele que foi o receptor disso tudo e que, juntamente com o deputado Dado Cherem, o senador Leonel Pavan e os vereadores citados de Balneário Camboriú, articulou a busca desse curso e, seguramente, a importância dos administradores públicos, para fazer uso da palavra.

O SR. PREFEITO RUBENS SPORNAU - Boa-noite a todos! Quero fazer um cumprimento especial ao deputado Serafim Venzon, proponente da sessão e ora conduzindo os trabalhos, e ao professor Arlindo. Confesso que sucedê-lo aqui é uma tarefa nada agradável. Se eu pudesse desistir de fazer uso da tribuna, eu o faria neste momento porque é uma tarefa árdua. E foram belas e muito bem proferidas as suas palavras.

Meus cumprimentos também ao meu querido amigo, companheiro correligionário que, com certeza, teve um empenho político fundamental em todo esse processo, o deputado Dado Cherem; e também ao companheiro da nossa cidade que, à época em que a Udesc se instalou lá, era vereador no município e, portanto, também teve uma participação no encaminhamento da formalização desse convênio que acabou permitindo que a instituição se instalasse lá em Balneário Camboriú.

Quero fazer um cumprimento especial ao dr. Helvion, à professora Maria Ester e, em seu nome, evidentemente, a todos que lutaram por esse movimento.

Gostaria de dizer, em rápidas palavras, que, na verdade, nós, que estamos sendo homenageados aqui, representamos uma multidão de pessoas que não está aqui. E eu tenho plena consciência disso.

Então, apesar de ficar feliz com a homenagem, nunca é demais lembrar que tantas e tantas pessoas se envolveram nesse processo. A própria Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Balneário Camboriú foi fundamental. Enfim, foram tantas pessoas, mas talvez nós representemos aqui o anseio de todos aqueles que permitiram que a Udesc se instalasse em Balneário Camboriú.

Eu, por convicção e formação, sou um fruto do ensino público gratuito deste país. Tanto no ensino fundamental, quanto nos ensinos médio e superior, sempre cursei escola pública e acredito que com qualidade. E a Udesc tem esse perfil. Acima de tudo, é um ensino público que guarda um conceito de qualidade que é fundamental nesse processo.

Então, quando chegou a Balneário Camboriú a possibilidade da instalação ou do plantio de uma semente, que é o curso de Administração Pública, na verdade uma instituição com o perfil qualitativo que a Udesc e a Esag têm, era tudo o que queríamos. Assim, para nós não foi nenhum sacrifício; na verdade, foi um grande prêmio daqueles tantos que se empenharam, tanto na comunidade, como no setor público, para que isso pudesse acontecer.

Quero dizer ao professor Arlindo que também tenho um sonho, eu compacto do seu sonho. E nas tantas dificuldades que, com certeza, existem nesse caminho para que concretizemos esse sonho, aquela parte que cabe à prefeitura de Balneário vamos tentar facilitar ao máximo porque queremos sonhar juntos. E, melhor do que isso, queremos acordar felizes com o *campus* da Udesc instalado em Balneário Camboriú e a extensão do curso.

(Palmas)

Esse é o meu desejo e de toda a comunidade da região. Nós, hoje, somamos quase 500 mil pessoas, e sei que a instituição, acima de tudo, tem um compromisso não só com o ensino, mas também social.

Parabéns a todos que aqui estão. Foi muito bom ouvir vocês, alunos, com essa energia toda, pois isso me fez voltar no tempo. E como é bom formar pessoas qualificadas para o serviço público, porque uma das maiores carências que temos - e eu já vivo há bastante tempo no setor público - é a formação acadêmica, que é fundamental para que atinjamos a excelência no serviço público e a qualificação cada vez maior.

Parabéns a todos!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Convidamos todos para, de pé, ouvirmos o Hino de Santa Catarina, interpretado pelo coral da Assembléia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Agradecemos a presença das autoridades com assento à mesa, de todos os homenageados; do corpo docente da Udesc e dos alunos, enfim, de toda a distinta platéia que participou desta homenagem.

Antes de encerrar a presente sessão, convocamos outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

A T O S D A M E S A

A T O D A M E S A D L

A T O D A M E S A N. 043-DL, de 2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições
 CONCEDE licença ao Senhor Deputado Elizeu Mattos para ausentar-se do País, nos dias 3 e 4 de setembro do corrente ano, para participar de

Reunião Plenária do Parlamento do Mercosul, que será realizada em Montevidéu, no Uruguai.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 29 de agosto de 2007

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 4º Secretário

*** X X X ***

P U B L I C A Ç Õ E S D I V E R S A S

A T A D E C O M I S S ã O P E R M A N E N T E

A T A D A 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia vinte e oito de agosto, do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do Deputado Onofre Santo Agostini, amparado no Art. 128 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da décima primeira reunião ordinária da Comissão. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados José Natal Pereira, Professor Grandó, Renato Hinnig, Dirceu Dresch e Deputado Onofre Santo Agostini. Em seguida, o senhor Presidente colocou em discussão e votação a ata da reunião anterior - que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, colocou em discussão e votação os Projetos de Lei nºs 0120.8/07, de autoria do Deputado Jorginho Mello, que "Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Engenheiros de Aquicultura - ABEQUI -, com sede no Município de Florianópolis". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0300.0/07, de autoria do Governador do Estado, que "Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis (regularização de ocupação)". Relator: Deputado Onofre Santo Agostini. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0303.2/07, de autoria do Governador do Estado, que "Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis (regularização de ocupação)". Relator: Deputado Onofre Santo Agostini. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0356.4/07, de autoria do Deputado Romildo Titon, que "Declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Fraiburgo, no Município de Fraiburgo". Relator: Deputado Onofre Santo Agostini. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade, e ofícios nºs 0021.2/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Conselho Comunitário do Itaum, de Joinville, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Renato Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0038.0/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Instituto de Reabilitação do Potencial Humano, de Joinville, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Renato Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0095.9/07, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL -, de Florianópolis, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade. Nada mais a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, lavei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado Onofre Santo Agostini

Presidente

*** X X X ***

A V I S O D E R E S U L T A D O

A V I S O D E R E S U L T A D O

O Pregoeiro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º1921/2007, comunica que na licitação modalidade Pregão nº 027/2007, referente à aquisição e instalação de equipamentos de ar condicionado e sistemas de drenagem para manutenção do Palácio Barriga-Verde, obteve o seguinte resultado:

Lote Único -

Vencedora: AS MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADOS (TEKNOCLIMA)

Valor do Último Lance: R\$ 70.950,00

Florianópolis, 29 de agosto de 2007.

VALTER EUCLIDES DAMASCO

PREGOEIRO

*** X X X ***

E X T R A T O

E X T R A T O N.º 083/2007

REFERENTE: 01 Termo Aditivo ao Contrato CL nº 015/2007-00, celebrado em 08/02/07.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Damovo do Brasil S/A.

OBJETO: alteração de dados cadastrais: CNPJ e endereço.

FUNDAMENTO LEGAL: Arts. 61 *caput*, 65, I, "a" e 58, I da Lei nº 8.666/93 e Autorização administrativa.

Florianópolis, 21 de agosto de 2007.

Deputado Júlio Garcia - Presidente da ALESC

Edgar Mogica Maciel - Diretor

*** X X X ***

P O R T A R I A S

P O R T A R I A N.º 1921, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade c/a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR o servidor **VALTER EUCLIDES DAMASCO**, matrícula nº 0947, para exercer a função de Pregoeiro, e o servidor **HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO**, matrícula nº 1332, na função de Pregoeiro substituto no Pregão nº 027/2007.

E, para ocupar a equipe de apoio, os servidores: **ANTÔNIO HENRIQUE COSTA BULCÃO VIANNA**, matrícula nº 1877, **BERNADETE ALBANI LEIRIA**, matrícula nº 1998, **SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE**, matrícula nº 2169, **ADRIANA LAUTH GUALBERTO**, matrícula nº 0775, **REINHARDT RICHTER**, matrícula nº 0937, nos termos do Edital de Pregão nº 027/2007.

Neroci da Silva Raupp

Diretor-Geral

Republicada por incorreção

*** X X X ***

P O R T A R I A N.º 1934, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

RETIFICAR nos assentamentos funcionais, o nome do servidor **ERICO VELLEDA**, matrícula nº 5292, fazendo constar como sendo **ERICO WONGHON VELEDA**.

Neroci da Silva Raupp

Diretor-Geral

Republicada por incorreção

*** X X X ***

P O R T A R I A N.º 1935, de 15/08/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

RETIFICAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora **GERUSA KOPROWSKI SARAVEZ**, matrícula nº 5556, fazendo constar como sendo **GERUSA KOPROWSKI SAVAREZ**.

Neroci da Silva Raupp

Diretor-Geral

Republicada por incorreção

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 389/07**

Declara de utilidade pública a Companhia de Dança Nativista Gauchinha, de Itajaí.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Companhia de Dança Nativista Gauchinha, com sede e foro na Cidade e Comarca de Itajaí.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente
Sessão de 29/08/07

JUSTIFICATIVA

A Companhia de Dança Nativista Gauchinha, é parte integrante do movimento cultural com duração indeterminada, tendo como objetivo resgatar as raízes, difundir e defender a Tradição Gaúcha através da Dança Nativista de Salão. Desenvolverá suas atividades, visando incentivar e dinamizar a participação das pessoas e da comunidade numa verdadeira e consciente vivência cultural.

A Cia de Dança Nativista Gauchinha é uma entidade Cultural sem fins lucrativos, fundada em 1º de abril de 2005, tendo sua sede na Cidade de Itajaí/SC, é um Grupo Tradicionalista que busca, representar, apresentar, ensinar e defender as danças nativistas de salão.

Anexo ao presente segue a documentação exigida pela Lei nº 10.436, de 01 de julho de 1997.

Assim, solicitamos o acolhimento deste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 390/07

Concede Título de Cidadão Catarinense ao Senhor Alessandro Rosa Vieira.

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Catarinense ao Senhor Alessandro Rosa Vieira.

Art. 2º - Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Silvio Dreveck
Deputado Jandir Bellini
Deputado Reno Caramori
Deputado Valmir Comin

Lido no Expediente
Sessão de 29/08/07

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Catarinense ao Senhor Alessandro Rosa Vieira, natural do Município de São Paulo, Estado de São Paulo, por seus relevantes trabalhos prestados ao esporte Catarinense e Brasileiro e por sua trajetória pessoal e profissional, em Santa Catarina.

De acordo com a biografia resumida em anexo, Alessandro Rosa Vieira, conhecido no mundo dos esportes como Falcão, teve destacada atuação em todos os clubes por onde passou, na modalidade de futebol de salão - FUTSAL.

Foi na Malwee/Jaraguá do Sul, de Santa Catarina, onde teve até aqui os melhores momentos de sua vida dedicada ao esporte, ajudando a conquista de inúmeros títulos a nível Estadual, Nacional e Internacional.

Teve ainda, destacada atuação na Seleção Brasileira de Futsal, representando Santa Catarina, conquistando vários títulos e premiações, sendo considerado o melhor jogador de Fusal do mundo.

Por ocasião dos recentes jogos Pa-americanos 2007, realizados no Rio de Janeiro, foi artilheiro da competição e ajudou a equipe Brasileira na conquista da medalha de ouro dos referidos jogos.

A homenagem que se pretende prestar a Alessandro Rosa Vieira, é uma forma de agradecer e homenagear a todos os atletas, que de Santa Catarina, em diversas modalidades esportivas, representaram o Brasil nos jogos do Rio de Janeiro.

E acima de tudo, o reconhecimento pelo esforço, dedicação e exemplo para juventude e para as gerações futuras, aqueles que fazem do esporte a grande bandeira de suas vidas.

Considerando, assim, seu mérito pela brilhante atuação e exemplo em nosso Estado, é justo que este Parlamento lhe conceda o título de "Cidadão Catarinense".

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 391/07

Institui o Dia Estadual dos Clubes de Caça e Tiro.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual dos Clubes de Caça e Tiro, a ser comemorado, anualmente, no dia 22 de março.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Rogério Mendonça

Lido no Expediente
Sessão de 29/08/07

JUSTIFICATIVA

Trazemos à consideração deste Parlamento proposta de lei que visa instituir o Dia Estadual dos Clubes de Caça e Tiro.

Os clubes de caça e tiro, em regra, têm como principal e nobre função promover a difusão de atividades de caráter social, recreativo, cultural, cívico, desportivo e outras formas de lazer, promovendo a união e a solidariedade entre associados e dependentes. Portanto, possuem amplo espectro de finalidades, assumindo destacada importância a grande parcela da sociedade catarinense.

Cumpra lembrar, como os frequentadores dessa prática apregoam, que fazer parte de um clube de caça e tiro não significa apenas estar inteirado com a sociedade, mas também promover a cultura local trabalhando para que a mesma não se perca ou seja esquecida. Ademais disso, a herança de nossos colonizadores, além de preservada, deve ser vivida.

Pelo acima exposto, considerando os relevantes serviços desenvolvidos à preservação dessa centenária prática, difundida por essas agremiações, percebe-se inequivocamente a justiça que se faz aos clubes, registrando um dia especial no calendário do Estado Barriga-Verde para homenageá-los.

Outrossim, cumpre dizer que o Estado de Santa Catarina, com destaque no Vale do Itajaí, tem enraizado com imensa ênfase esse costume, o que, inclusive, ensejou que o município de Blumenau, mediante a Lei nº 5.841, de 18 de março de 2002, instituisse o dia 22 de março como Dia Municipal dos Clubes de Caça e Tiro.

Assim, submetemos a presente proposição à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 392/07

Institui o dia do profissional de beleza no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Dia do Profissional de Beleza, no âmbito do Estado de Santa Catarina, a ser comemorado no dia 23 de setembro.

Art. 2º Estão incluídos na categoria de Profissionais de Beleza cabeleireiros (as), barbeiros, manicures, pedicures, depiladoras, podólogos (as), maquiadores (as), massagistas, esteticistas e afins.

Art. 3º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Antonio Aguiar
Deputado Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 29/08/07

JUSTIFICATIVA

Observa-se que o trabalho do profissional de beleza é muito requisitado na sociedade contemporânea, cada vez mais preocupada com a auto-estima. São profissionais como cabeleireiros (as), barbeiros, manicures, pedicures, depiladoras, podólogos (as), maquiadores (as), massagistas, esteticistas e afins.

Estes consultores de beleza ministram cuidados e orientações que procuram atender às necessidades individuais de bem estar de seus clientes. São profissionais de real importância na vida da maioria das pessoas, tanto que por vezes se tornam um amigo.

Para homenageá-los, no âmbito do Estado de Santa Catarina, sugerimos o dia 23 de setembro, data que marca o começo da primavera.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N. 0003.6/2007**

Suspende a execução do art. 26 da Lei nº 2.933, de 1993, do Município de Criciúma.

Art. 1º Fica suspensa a execução do art. 26 da Lei nº 2.933, de 1993, do Município de Criciúma, em razão da declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, nos autos da Arguição de Inconstitucionalidade nº 2000.002459-7/0001.00.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de agosto de 2007
DEPUTADO RÔMILDO TITON

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N. 0004.7/2007

Susta os efeitos do art. 102 da Lei Complementar nº 063, de 2003, do Município de Florianópolis.

Art. 1º Ficam sustados os efeitos do art. 102 da Lei Complementar nº 063, de 2003, do Município de Florianópolis.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de agosto de 2007
DEPUTADO RÔMILDO TITON

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 091/07

Declara de utilidade pública o Rotary Club Florianópolis Jurerê, com sede no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Rotary Club Florianópolis Jurerê, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de agosto de 2007
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 133/07

Declara de utilidade pública a Assistência Social Unidos pelo Povo, com sede no Município de Guaramirim.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Assistência Social Unidos pelo Povo, com sede no Município de Guaramirim.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de agosto de 2007
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 200/07

Declara de utilidade pública o CITEB - Centro de Inovação e Tecnologia, no Município de Biguaçu.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o CITEB - Centro de Inovação e Tecnologia, com sede no Município de Biguaçu.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de agosto de 2007
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 203/07

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Jardim Atlântico - AMJA, no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Jardim Atlântico - AMJA, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de agosto de 2007
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 226/07

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores de Capivari de Baixo - Centro, no Município de Capivari de Baixo.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores de Capivari de Baixo - Centro, com sede no Município de Capivari de Baixo.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de agosto de 2007
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 255/07

Declara de utilidade pública a Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Ilhota.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Ilhota, com sede e foro na Cidade e Comarca de Ilhota.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de agosto de 2007
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 295/07

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Concórdia.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Ministério do Trabalho e Emprego - Delegacia Regional do Trabalho, pelo prazo de cinco anos, no Município de Concórdia, o uso gratuito de parte de um imóvel, correspondente a duas salas com área total de oitenta metros quadrados, matriculado sob o nº 1.160 no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia e cadastrado sob o nº 02557 na Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente cessão de uso tem por objetivo regularizar a atual ocupação do imóvel pela Agência de Atendimento da Delegacia Regional do Trabalho situada no Município de Concórdia.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao cessionário, face à gratuidade da cessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 6º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do cedente e do cessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 29 de agosto de 2007
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***